

# ARTIGOS

Submetido 15-10-2021. Aprovado 15-06-2022

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editor Associado *ad hoc*: Marcus Gomes

Versão original | DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020230108>

## COPRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM GESTÃO EM (A PARTIR DE) PAÍSES E SOCIEDADES EMERGENTES

*Co-production of management knowledge in/from emerging countries and societies*

*Co-producción de conocimiento en gestión en/desde países y sociedades emergentes*

Alexandre Faria<sup>1</sup> | [alex.faria@fgv.br](mailto:alex.faria@fgv.br) | ORCID: 0000-0001-9095-725X

<sup>1</sup> Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### RESUMO

Em uma era de descolonização e império, o campo da gestão abraçou a contrarrevolução neoliberal liderada pelos EUA e desafiou a hierarquia eurocêntrica teoria-prática para produzir conhecimento relevante por meio de teorias de aprendizagem gerenciada. Contra a ameaça de “relevância reversa” promovida por bárbaros emergentes/ressurgentes essa contestada revolução gerencial (RG) reformista e mercadocêntrica subalterniza teorias-práticas sulistas do multifacetado campo de administração do desenvolvimento (AD) e “desdesenvolve” a maioria global ao privilegiar grandes corporações e elites transnacionais. A RG é expandida nos anos 1990 por meio de uma perspectiva social pós-Consenso de Washington baseada em dinâmicas reocidentalizantes branqueadoras de apropriação-contenção de neoliberalismos desenvolvimentistas e movimentos contra-hegemônicos sulistas informados por dinâmicas desocidentalizantes e decoloniais que desafiam-reafirmam estruturas do capitalismo racial. Em uma Era do Desenvolvimento, a RG é rearticulada nos anos 2000 em resposta a hibridismos “irresponsáveis” em países e sociedades emergentes impulsionados por dinâmicas sulistas de aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem. Este artigo investiga coprodução de relevância sulista do conhecimento no Brasil por meio de complicitade subversiva a partir de um nexo organização-escola privilegiado. A análise mostra como gestores e pesquisadores (re) mobilizam teorias-práticas sulistas para coproduzir relevância sob uma perspectiva transformacional-reformista. No final, apresentamos discussões e sugestões para reapropriação coletiva da relevância sulista engajada com o outro em sociedades emergentes/ressurgentes no Sul e Norte.

**PALAVRAS-CHAVE:** aprendizagem, neoliberalismo, decolonialidade, racismo, relevância.

### ABSTRACT

In an era of decolonization and empire the field of management embraced the US-led neoliberal counter-revolution and challenged the Eurocentric theory-practice hierarchy to produce relevant knowledge through managed learning theories. Against the risk of ‘reverse relevance’, this contested reformist and market-centric managerial revolution (MG) against the threat of ‘reverse relevance’ fostered by emerging barbarians subalternizes southern theories-practices of the multifaceted field of development administration-management (DA) and de-develops the global majority by privileging large corporations and transnational elites. MG is expanded in the 1990s through a post-Washington Consensus social turn based on whitening appropriation-containment dynamics of Southern developmental neoliberalisms and counter-hegemonic movements informed by dewesternization and decolonial dynamics which challenge-reaffirm racial capitalism structures. In an Age of Development MR is rearticulated in the 2000s in response to ‘irresponsible’ hybridisms in emerging countries and societies triggered by Southern learning-unlearning-relearning dynamics. This article investigates co-production of relevant knowledge in Brazil through subversive complicity with a focus on a privileged organization-academy nexus. Analysis shows how managers and researchers (re)mobilize southern theories-practices to co-produce relevance from a transformational-reformist perspective. At the end, we present discussions and suggestions for re-appropriating Southern relevance engaged with the other in emerging/ressurging societies in both South and North.

**KEYWORDS:** learning, neoliberalism, decoloniality, racism, relevance.

### RESUMEN

En una era de descolonización e imperio, el campo de la administración abrazó la contrarrevolución neoliberal liderada por Estados Unidos y desafió la jerarquía eurocéntrica teoría-práctica para producir conocimiento relevante a través de teorías del aprendizaje administrado. Contra el riesgo de la ‘relevancia inversa’, esta contestada revolución gerencial (RG) reformista y centrada en el mercado contra la amenaza de “relevancia inversa” fomentada por los bárbaros emergentes/ressurgentes subalterniza las teorías-prácticas del sur del campo multifacético de la administración del desarrollo (AD) y de-desarrolla a la mayoría global al privilegiar a las grandes corporaciones y las élites transnacionales. RG se expande en la década de 1990 a través de una perspectiva de giro social posterior al Consenso de Washington basada en las dinámicas blanqueadoras reocidentalizadoras de apropiación-contención de los neoliberalismos desarrollistas y los movimientos contrahegemónicos del sur informados por dinámicas desocidentalizadoras y decoloniales que desafían y reafirman las estructuras del capitalismo racial. En una Era de Desarrollo, RG se rearticula en la década de 2000 en respuesta a hibridismos ‘irresponsables’ en países y sociedades emergentes impulsados por dinámicas sureñas de aprender-desaprender-reaprender. Este trabajo investiga la coproducción de la relevancia del conocimiento en Brasil desde una perspectiva sureña de complicidad subversiva a partir de un nexo organización-escola privilegiado. El análisis muestra cómo gestores e investigadores (re)mobilizan teorías-prácticas del sur para coproducir relevancia desde una perspectiva transformacional-reformista. Al final presentamos discusiones y sugerencias para la reapropiación colectiva de relevancia del sur comprometida con el ‘otro’ en las sociedades emergentes/ressurgentes del Sur y Norte.

**PALABRAS CLAVE:** aprendizaje, neoliberalismo, decolonialidad, racismo, relevancia.

## INTRODUÇÃO

Em uma era de descolonização e império marcada pela emergência/ressurgência “ameaçadora” de sociedades desenvolvimentistas do Terceiro Mundo “mais escuro” (Prashad, 2012), o campo da gestão reproduz nos anos 1960-70 a contrarrevolução neoliberal da supremacia branca global liderada pelos EUA e desafia a hierarquia eurocêntrica teoria-prática para produzir conhecimento relevante por meio de teorias de aprendizagem gerenciada (Fiol & Lyles, 1985) e engajamento acadêmico-praticante (Bartunek & Rynes, 2014; Kieser, Nicolai, & Deisl, 2015; Millar & Price, 2018). Em resposta a “ameaças” sulistas de países e sociedades emergentes no Sul e no Norte (Bello, 1994; Dawson, 2007) que informam o risco de “relevância reversa” não-branca, essa revolução gerencial (RG) reformista e mercadocêntrica é impulsionada pelos princípios pós-modernistas da sociedade global da aprendizagem (Jarvis, 1983) acompanhados de dinâmicas neoliberais contrarrevolucionárias de privatização, financeirização e individualização para acumulação via desposseção (Harvey, 2007a) que radicalizam estruturas do capitalismo racial colonial (Gonzalez, 2020; Robinson, 2020). A RG rearticula dinâmicas coloniais-raciais de apropriação-contenção de teorias-práticas de aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem sulistas, no Sul e no Norte, protagonizadas pela universidade neoliberal da desigualdade colonial/patriarcal/capitalista e da intolerância à liberdade acadêmica (Melamed, 2016; Santos, 2018). Escolas de negócios reafirmam a branquitude hegemônica por meio de racismo multicultural (McLaren, 1997; Melamed, 2006) e renovação das teorias contrainsurgentes de aprendizagem gerenciada criadas nos anos 1940 por Kurt Lewin (Schein, 1996) ao prometer liberdade de escolha para estudantes pacificados e violentamente transformados em consumidores despolitizados e individualizados (Cotroneo & Costa, 2010).

Em resposta aos movimentos contra-hegemônicos no Norte e no Sul durante a primeira onda do neoliberalismo do fundamentalismo mercadocêntrico (Steger & Roy, 2010), a face gerencialista da RG é desafiada por sua face progressista nos anos 1990 pós-Guerra Fria e renovada com a virada social do neoliberalismo inclusivo (Porter & Craig, 2004) e institucionalização do “gerencialismo *soft*” na academia e nos âmbitos da política doméstica e internacional (Trow, 1993). Associada ao ideal populista de organização conformista que aprende (Senge, 1994), essa segunda onda do capitalismo neoliberal/racial/colonial responde à terceiro-mundialização dos EUA conectada a avanços (neo)desenvolvimentistas na Ásia e América Latina (Fine, Lapavistas, & Pincus, 2003) que amplificam a “ameaça” de discriminação e relevância reversas no Sul e Norte (Dawson, 2007; Moura, 2019). Essa onda é suportada pelas ideias *color-blind* da terceira via (Giddens, 1998) e políticas sociais/liberais/militarizadas do neoliberalismo pós-Consenso de Washington (Porter & Craig, 2004).

Em resposta, emerge a crítica predominantemente pós-moderna/estruturalista ao gerencialismo liderada pelo *Critical Management Studies* (CMS) anglo-americano, que nega a face colonial/racial das teorias pós-moderna e crítica (Bhambra, 2021) e desafia-reafirma a face transformacional da RG contra-revolucionária. CMS propõe uma nova crítica *color/colonial-blind* e universalista (Prasad, 2021) para microemancipação de gestores e acadêmicos que

aprendem criticamente em escolas de negócios pós-colonialistas/racistas (Alvesson & Willmott, 1992). Essa crítica desafia-reafirma a hierarquia teoria-prática enquanto nega e apropria-contém teorias-práticas e movimentos sulistas contrários à face neoimperial do gerencialismo neoliberal branqueador no Sul e Norte (Cotroneo, 2013). No início dos anos 2000, no contexto do século asiático do desenvolvimento alegadamente antiocidente (Pieterse, 2012) e da guerra global ao terror liderada pela administração de George W. Bush, essa RG expansionista é rearticulada diante da ascensão capitalista-socialista de países emergentes do Sul Global em transição para um mundo multipolar (Pieterse, 2004) ou pluriversal que desafia-reafirma estruturas do capitalismo racial da modernidade/colonialidade ocidentalista (Mignolo & Walsh, 2018; Moura, 2019). Esse contexto é marcado por forças de desocidentalização e decolonização respondidas com reocidentalização radical liderada pelos EUA (Mignolo & Walsh, 2018) e dinâmicas sulistas de aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem (Lipton, 2017) que informam neoliberalismos desenvolvimentistas de cima para baixo e de baixo para cima (Cox & Nilsen, 2014; Stöhr & Taylor, 1981) e correspondente renovação das teorias-práticas hibridistas do campo multifacetado de AD (Dwivedi, Khator, & Nef, 2007; Santos et al., 2018) que reafirmam a “ameaça” sulista emergente em escala global (McEwan, 2019). Nos primeiros anos da guerra global ao terror, a perspectiva de aprendizagem gerenciada branqueadora é, então, ampliada pela perspectiva patrioticamente correta do neoconservadorismo contra-insurgente: i.e., “uma ideologia que privilegia a conformidade sobre a aprendizagem crítica e que representa a dissidência como algo semelhante a um ato terrorista” (Giroux, 2010, p. 93). Essa radicalização contra a crescente ameaça de “relevância reversa” é ofuscada por escândalos corporativos acompanhados de críticas autocorretivas da RG que defendem mais teorias de aprendizagem gerenciada como solução global para a retomada da responsabilidade moral em escolas de negócios (Ghoshal, 2005).

Nesse contexto, emerge uma RG socialmente responsável que alveja práticas “irresponsáveis” de gestão e de ensino, especialmente em países e sociedades emergentes/ressurgentes no Sul e Leste imersos em neoliberalismos desenvolvimentistas “ameaçadores” (Antal & Sobzack, 2004; Porter & Kramer, 2011). Essa virada aprofunda dinâmicas de subalternização de AD contestadas por acadêmicos engajados com AD multifacetada (Gulrajani, 2010; Santos, Santos, & Braga, 2015) ao radicalizar a face colonialista do capitalismo racial denunciada por sulistas no Sul e Norte (Dar, Liu, Dy, & Brewis, 2021; Ibarra-Colado, 2006). Essa RG antidesenvolvimento branqueadora torna-se cada vez mais desenvolvimentista/“desdesenvolvimentista” (Jamali, Karam, & Blowfield, 2015) ao apropriar-conter teorias-práticas mobilizadas pelo “outro” mais escuro despossuído que resiste e reexiste em sociedades emergentes sulistas no Sul e Norte (Gantman, Yousfi, & Alcadipani, 2015).

Em diálogo com uma comunidade heterogênea de acadêmicos comprometida com a AD multifacetada (Cooke & Faria, 2013; Costa & Teodósio, 2011; Dar & Cooke, 2008; Gulrajani, 2010; Nkomo, 2015; Santos et al., 2020; Saraiva & Enoque, 2019; Wanderley, Celano, & Oliveira, 2018) e engajado com pesquisadores da face progressista de RG que prescrevem relevância por meio de ativismo intelectual e justiça social nortistas (Contu, 2020; Rhodes, Wright, & Pullen, 2018), investigamos a coprodução de conhecimento relevante sulista em gestão no (e a partir do) Brasil

por meio de uma perspectiva transmoderna de cumplicidade subversiva que vai além do binarismo Norte-Sul da modernidade/colonialidade eurocêntrica (Dussel, 2015). Com foco nas dinâmicas de negação e apropriação-contenção da AD multifacetada por uma RG expansionista, tentamos responder à seguinte questão: Como coproduzir conhecimento relevante sulista engajado com “o outro” por meio de cumplicidade subversiva em países e sociedades emergentes?

## RG SOB A PERSPECTIVA DE PAÍSES/SOCIEDADES EMERGENTES

A compreensão da RG sob uma perspectiva transformacional sulista a partir de países e sociedades emergentes/ressurgentes demanda um engajamento que vai além de estruturas imperialistas, essencialistas, nacionalistas, terceiro-mundistas, latino-americanistas, sexistas e extrativistas que internalizamos (Grosfoguel, 2020; Santos & Meneses, 2020) com vasto e heterogêneo corpo de teorias-práticas sulistas comprometidas com a questão colonial/racial no Sul e Norte (e.g., Cusicanqui, 2020; Gonzalez, 2020; Maldonado-Torres, 2020; Mignolo & Walsh, 2018; Santos, 2018; Spivak, 2009). Epistemes sulistas mais escuras negadas e apropriadas-contidas pela RG expansionista-cumulativa-branqueadora focada na crescente ameaça de relevância e discriminação reversas são mobilizadas aqui sob uma perspectiva decolonizante-recolonizante (Jammulamadaka, Faria, Jack, & Ruggunan, 2021) via cumplicidade subversiva (Grosfoguel, 2005) e transmodernidade (Dussel, 2015) em resposta a essa radicalização do binarismo Norte-Sul. Esse quadro contrarrevolucionário é impulsionado por uma literatura reocidentalizante majoritária que classifica países/sociedades/povos emergentes como ameaças à civilização ocidental benevolente e prescreve assimilacionismo reformista via aprendizagem gerenciada em escala global (Laïdi, 2011), e uma literatura decolonial/desocidentalizante minoritária engajada com o “outro” que, nessa ordem, valoriza emergentes revolucionários que desconectam do ocidentalismo (Mignolo, 2011) e emergentes hibridistas (transmodernos ou transculturais) que obedecem-transcendem dominação por meio da práxis de cumplicidade subversiva (Grosfoguel, 1996, 2005) e então promovem a coconstrução insurgente de mundos pluriversais interconectados marcados por esperança, tensão e tolerância a ambivalências e contradições cotidianas (Sandoval, 2000; Santos, 2018). Abraçamos a definição de práxis como “o processo de agir sobre as condições que se enfrenta para mudá-las” (Freire, 1970 p. 33).

Para coconstrução de conhecimento relevante sulista, mobilizamos teorias-práticas sulistas para compreendermos o desenvolvimento da RG expansionista baseada em dinâmicas contrarrevolucionárias de negação e apropriação-contenção de epistemes-materialidades sulistas no Sul e Norte que subdesenvolvem a maioria e a AD multifacetada. Inspirados no trabalho de Santos, Santos e Braga (2018), compreendemos AD como um vasto e heterogêneo espectro de práticas e teorias subalternizadas de administração/gestão do desenvolvimento, de cima para baixo e de baixo para cima, que ocorrem dentro e fora de organizações denominadas privadas, públicas, não governamentais, sociais, internacionais etc. as quais reproduzem e transformam um sistema heterogêneo e estratificado predominantemente capitalista/racista/sexista/eurocêntrico.

Em uma era de descolonização e império marcada pela ascensão “ameaçadora” de desenvolvimentismos administrados no Sul e Norte, os anos 1960 são caracterizados por virtual ausência de críticas em escolas de negócios nos EUA à hierarquia eurocêntrica teoria-prática contestada por sociedades emergentes/ressurgentes sulistas mais escuras que historicamente aprendem-desaprendem-reaprendem o conhecimento colonial/racista reproduzido pela universidade ocidentalista branca baseado na lógica desumanizadora da *plantation* escravista (Wynter, 1968). Diferentemente de teorias-práticas sulistas que desafiam o desenho supremacista de desenvolvimento do subdesenvolvimento no Terceiro Mundo (Freire, 1970) e nos EUA (Woodson, 1933), a teoria dominante afirma que problemas de relevância resultam de transferências deficientes de teorias para estudantes sulistas mais escuros dos estados (neo)coloniais (Cooke, 2004) e da metrópole (Hooks, 1994). Teorias-práticas sulistas de aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem transformacional no Sul e Norte (Rodney, 1972; Spivak, 1988) continuam desafiando essa metateoria de integração assimilacionista do oprimido, racializado, desdesenvolvido e inferiorizado ‘outro’ à lógica do sistema dominante “ameaçado” pela relevância reversa e mobilizam então a práxis de cumplicidade subversiva e teorias-práticas libertadoras – elitistas ou populares. Esta práxis permite que subalternizados lidem crítica e criativamente com a realidade e descubram como participar de e transformar seus/nossos mundos por meio de desenvolvimentos “de cima para baixo” e “de baixo para cima” que reproduzem e vão além da matriz racista da colonialidade que internalizamos/epidermizamos (Fanon, 1965; Freire, 1970; Woodson, 1933).

Nesse contexto a contrarrevolução do capitalismo neoliberal cria e se aproveita do impasse no campo multifacetado do desenvolvimento (McEwan, 2019; Saldaña-Portillo, 2003) para apropriar-conter epistemes e materialidades sulistas correspondentes no Sul e Norte e então comandar a sociedade da aprendizagem gerenciada (Hughes & Tight, 1995) em um mundo pós-colonial mais escuro supostamente ameaçado por colonialismo reverso transnacional (Dawson, 2007; Moura, 2019; Robinson, 2020). Em nome da liberdade de escolha individual a universidade neoliberal capitalista contrarrevolucionária democratiza a não liberdade acadêmica (Marens, 2004) ao ampliar as diferenciações Sul-Norte branqueadoras no Sul e Norte (Santos, 2018). Historicamente concedida aos privilegiados da universidade predominantemente branca-masculinista que controlam as teorias universalistas advindas da universidade da *plantation* escravista (Wynter, 1968), liberdade acadêmica é “defensivamente” retomada por ter sido “ameaçadoramente” apropriada por subalternizados sulistas mais escuros nos anos 1960-70 por meio de teorias-práticas de aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem nascidas de lutas de libertação e movimentos insurgentes de decolonização, derracialização e desenvolvimento dentro e fora da universidade no Sul e Norte (Grosfoguel, 2020, 2005). Nesse contexto, Walter Rodney (1972), historiador negro, ativista político e acadêmico anticolonialismo da Guiana assassinado em 1980, defende a reapropriação dos campos multifacetados de desenvolvimento e DA pela maioria desdesenvolvida sulista no Sul e Norte ao lembrar que “se ‘subdesenvolvimento’ estivesse relacionado a qualquer outra coisa senão comparar economias, então o país mais subdesenvolvido do mundo seria os EUA, que pratica opressão

externa em escala massiva, enquanto internamente promove uma mistura de exploração, brutalidade e transtorno psiquiátrico” (p. 14). A contrarrevolução gerencialista então alveja organizações e sociedades mais escuras do Terceiro Mundo crescentemente interconectado (Prashad, 2012) que mobilizam e renovam teorias-práticas sulistas baseadas na ideia libertadora de que “os miseráveis da terra – pessoas de cor nos EUA e no exterior – teriam que estar no centro se o mundo fosse transformado” (Elbaum, 2006, p. x). A autodesconstrução do “mito do gestor bem-educado” enunciada nas páginas da *Harvard Business Review* (Livingston, 1972) materializa essa contrarrevolução gerencial nortista da supremacia branca (Allen, 2001). Esse combate é impulsionado transnacionalmente por “executivos corporativos unidos em um grau sem precedentes para direcionar o poder do governo para seus interesses, influenciar a agenda pública, e conter o poder dos sindicatos” (Marens, 2004, p. 71) que defendem coalizões, flexibilidade e (des)aprendizagem gerenciada radical na contestada “sociedade pós-industrial” neoliberal que abertamente coloniza um Primeiro Mundo crescentemente heterogêneo, escuro e “ameaçado(r)” (Bello, 1994).

A face gerencialista de RG abraça e renova a face contrainsurgente do campo de AD criado nos EUA pós-guerra, com renovado suporte de elites do Terceiro Mundo, por meio de dinâmicas branqueadoras de apropriação-contenção de um corpo heterogêneo (e mais escuro) de teorias-práticas sulistas em torno de “desenvolvimento” (Saldaña-Portillo, 2003) para conter transformações sociais radicais no Sul e Norte conectadas a uma AD crescentemente multifacetada (Dwivedi et al., 2007) elevando a ameaça de “relevância reversa”. A cientificação a-historicista e contrainsurgente da gestão inaugurada nos anos 1950 (Khurana, 2007) é então desafiada, reafirmada e ampliada com novas teorias-histórias nortistas de aprendizagem gerenciada e engajamento acadêmico-praticante conformista (Argyris & Schon, 1978; Fiol & Lyles, 1985; Susman & Evered, 1978); juntas, teorias-histórias de ensino/aprendizagem lideradas pelos EUA promovem a despolitização/individualização/elitização de gestores e acadêmicos contestada por acadêmicos progressistas engajados com a face transformacional da RG que renegam a AD multifacetada.

Nos anos 1990 pós-Guerra Fria, a face gerencialista da RG é novamente desafiada-reafirmada (Clarke & Newman, 1993) com suporte de políticas socialmente inclusivas do neoliberalismo pós-Consenso de Washington e da ideologia *color/colonial-blind* de centro radical da terceira via (Giddens, 1998) que negam e apropriam-contêm terceiras vias sulistas de cima para baixo e de baixo para cima (Padovani, 2008) impulsionadas por socialismos, desenvolvimentismos e comunitarismos “ameaçadores” no Sul e Norte (Sklair & Miller, 2010). Essa RG expansionista é impulsionada por políticas neoimperiais da supremacia branca neoliberal (Allen, 2001; Steger & Roy, 2010) que renovam o temor de discriminação reversa em um “mundo sem fronteiras” por meio da tese racista/multicultural de choque de civilizações (Huntington, 1993) e radical negação e apropriação-contenção de hibridismos sulistas no Sul e Norte, e, em particular, desenvolvimentismos multifacetados de baixo para cima e de cima para baixo (Grosfoguel, 1996) conectados aos neoliberalismos com características sulistas (Prashad, 2013) e chinesas (Harvey, 2007a).

Abraçando mantras populistas de gurus da gestão, a universidade neoliberal da terceira via (Boden & Nedeva, 2010) protagoniza apropriações moralistas, assimilacionistas e civilizacionais (Rose, 2000) de agendas progressistas “associadas a partidos políticos da esquerda democrática” no Norte (Steger & Roy, 2010, p. 50) e de alternativas socialistas e comunitaristas no Sul (Sklair & Miller, 2010). Universidade também apropria-contém hibridismos desenvolvimentismo/neoliberalismo, estado/mercado e capitalismo/socialismo em países emergentes (Chase-Dunn & Boswell, 2009) impulsionados por um corpo cada vez mais heterogêneo de teorias-práticas sulistas (Grosfoguel, 2005) e dinâmicas complexas de reocidentalização e desocidentalização/decolonialidade (Lipton, 2017; Mignolo & Walsh, 2018; Stuenkel & Taylor, 2015).

A partir de um Norte Global crescentemente desigual, heterogêneo e discriminatório (Boatca, 2015), um “novo gerencialismo” (Clarke, Gewirtz, & McLaughlin, 2000), ou *new public management* (Kaboolian, 1998), promove/promete, então, uma “(ample) liberation for managers (at least those who keep the faith) from their current oppressions” (Clarke & Newman, 1993, p. 433) que é aprendida-desaprendida-reaprendida por organizações acadêmicas, sociais e governamentais em busca de relevância para a gestão de hibridismos desenvolvimentismo-neoliberalismo e estado-mercado na América Latina e Ásia (Christensen, Lisheng, & Painter, 2008). Em países emergentes, hibridismos de AD dos anos 1960-70 que foram apropriados e subalternizados, mas não derrotados, pela RG são renovados e protagonizam dinâmicas de conformidade-resistência de cima para baixo e de baixo para cima em organizações governamentais (Ibarra-Colado, 2011), privadas (Yousfi, 2014) e acadêmicas (Wanderley, Alcadipani, & Barros, 2021). Estas reconfiguram uma “ameaçadora” Era do Desenvolvimento conectada a alternativas não capitalista, pós-capitalista e anticapitalista sulistas (Cusicanqui, 2020) mobilizadas por uma crescente maioria de desdesenvolvidos “outros” via cumplicidade subversiva (Grosfoguel, 2005) e transmodernidade decolonial (Dussel, 2015).

Enquanto “bons hibridismos” são celebrados por uma RG reformista/desenvolvimentista radicalizada, “maus hibridismos” são institucionalmente vistos como ameaças “irresponsáveis” mobilizadas por oligarquias populistas antiocidente (Hoskisson, Eden, Lau, & Wright, 2000; Patrick, 2010). Essa RG que internalizamos também alveja “irresponsabilidades” sulistas em gestão e ensino (Millar & Price, 2018) por meio de uma perspectiva ético-imperial de aprendizagem responsável com foco alegado em redução de desigualdades, injustiças e assimetrias (Antal & Sobczak, 2004). A radicalização branqueadora institucionalizada é fomentada, por exemplo, pelas Nações Unidas (PRME, 2008), pelo Departamento de Comércio dos EUA (Abramov, Johnson, & Abramov, 2004) e pelo FMI – que publicamente reconhece em 2016 a inefetividade das políticas neoliberais e a efetividade dos hibridismos “responsáveis” em países emergentes desenvolvimentistas (Ostry, Loungani, & Furceri, 2016) – conjuntamente com grandes corporações (Elteren, 2003), escolas de negócios e *think tanks* elitistas (Harvey, 2007b), e oligarquias dos setores de consultoria (Peters, 1987) e de comunicação e mídia (Hall, 2011). Em paralelo, teorias-práticas sulistas mobilizadas cotidianamente por corpos mais escuros no Sul e Norte interconectados informam a crítica decolonial latino-americana em Estudos Organizacionais e de Gestão (Ibarra-Colado, 2006), a crítica ao capitalismo racial fomentada por escolas de negócios no Norte (Dar

et al., 2000) e a retomada de interesse acadêmico pela AD multifacetada em países emergentes (Santos et al., 2018; Wanderley & Faria, 2012).

Na academia nortista, a face transformacional da RG reafirma, então, o lado prático da (des)aprendizagem (Gherardi, 2000, p. 212) por meio de apropriação-contenção de teorias-práticas sulistas transformacionais de aprendizagem coletiva antirracismo/colonialismo nos âmbitos de pesquisa e educação no Sul e Norte (Hooks, 1994; Moura, 2019). Autores argumentam que conhecer em gestão e organizações não é (mais) separado de fazer; prática é teorizada não como implementação de teorias universalistas por atores sem agência, mas sim como “produto de condições históricas específicas resultantes de práticas prévias e transformadas em prática presente” (Gherardi, 2000, p. 215); praticantes e estudantes engajados com reflexividade crítica e com o “outro” (Cunliffe, 2016) não apenas adquirem e desenvolvem conhecimento-em-ação, mas também resistem (Fleming & Spicer, 2008) para “mudar ou perpetuar um dado conhecimento e então produzir ou reproduzir a sociedade” (Gherardi, 2000, p. 215). Em suma, gestores e acadêmicos despolitizados e desempoderados devem transgredir/desaprender para coprodução de conhecimento que desafie a “boa governança neoliberal”.

Autores de uma RG reformista-progressista em expansão descrevem pesquisadores e gestores como indivíduos ao mesmo tempo compatíveis e incompatíveis que vivem em mundos similares e diferentes (Bartunek & Rhynes, 2014) e que devem (des)aprender mutuamente para a superação de dicotomias que separam e hierarquizam teoria e prática e obstruem aprendizagem em termos, por exemplo, de linguagem e conhecimento (Hodgkinson & Starkey, 2011), objetivos e valores (Gulati, 2007), ou *status* e incentivos (Stern & Barley, 1996). Visto que teoria e prática são mundos independentes e, por conseguinte, eventualmente complementares (Weick, 2001) ou contraditoriamente irreconciliáveis (Donaldson, 2002), acadêmicos defendem a valorização dos conhecedores da prática (Statler, 2014) via diálogos laterais (Knights, 2008) e cooperação acadêmico-praticante para (des)aprendizagem (Sandberg & Tsoukas, 2011) por meio de aprendizagem mútua e debates responsáveis “sobre como as tensões são ou deveriam ser geridas” (Bartunek & Rhynes, 2014, p. 1189). Essa literatura reformista-progressista-conformista baseada em categorias fixas específicas e em pressupostos fortes e recursivos ao longo de décadas (Hodgkinson & Starkey, 2011) é expandida por uma perspectiva pós-estruturalista que nega e apropria-contém teorias-praxes sulistas (Sandoval, 2000) por meio de dinâmicas branqueadoras de colonização/racialização no Norte e no Sul (Kieser et al., 2015). O principal problema não é a RG reafirmar a ideia de que aprendizagem em gestão é uma “coisa boa para todos” (Contu, Grey, & Örténblad, 2003, p. 931) ou a radical inviabilização de dissenso e liberdade acadêmica (Rhodes et al., 2018) como ressaltado por colegas nortistas, mas sim como superar a baixa cientificidade das pesquisas (Kieser et al., 2015). Reformistas e progressistas em dinâmicas de conflito-coalizão ignoram e reafirmam dinâmicas contrarrevolucionárias de desenvolvimento dessa RG expansionista que nos defende da ameaçadora relevância reversa mobilizada por países e sociedades emergentes mais escuras via negação e apropriação-contenção da AD multifacetada sulista e as correspondentes práticas de coprodução de conhecimento relevante em países-sociedades emergentes/ressurgentes em uma Era do Desenvolvimento marcada pela radicalização de dinâmicas expansionistas/inclusivas do

capitalismo racial/colonial que internalizamos como acadêmicos profissionais branqueadores/branqueados (Dar et al., 2021).

## METODOLOGIA

Em contexto de aversão radicalizada à pesquisa qualitativa produzida por sulistas “ameaçadores” também no Norte (Denzin, 2017), esta investigação materializa uma pesquisa-ação que transita entre as versões reformista (Greenwood, Whyte, & Harkavy, 1993) e transformacional que são dominantes na academia nortista (Bradbury & Reason, 2003). Em condições de virtual impossibilidade de decolonizar a RG expansionista que internalizamos, esta investigação desafia o padrão nortista de pesquisa-ação extrativista/assimilacionista e inclusiva/diversificada (Kemmis, 2006). Esse padrão resulta de dinâmicas de apropriação branqueadora de tradições sulistas populares e elitistas (e.g., Fals-Borda, 2006; Woodson, 1933) inauguradas pelo trabalho contra-insurgente de Kurt Lewin nos anos 1940 (Cooke, 2006) que foram radicalmente ampliadas nos anos 1990 pela universidade neoliberal contra-revolucionária (Glassman & Erdem, 2014). Ao desafiamos-reafirmarmos os privilégios da academia colonial predominantemente branca reprodutora da *plantation* escravista, desenvolvemos um método prático decolonizante-recolonizante destinado a “elevar a capacidade de autoestudo e autotransformação do sistema investigado” (Elden & Chisholm, 1993, p. 127) com foco nonexo organização-escola, não em organizações individuais do “no mundo lá fora”, em duas etapas.

A primeira etapa desta investigação coletiva predominantemente focada em uma organização de desenvolvimento privatizada por corporação multinacional europeia do setor de telecomunicações no Brasil (Alpha) foi coproduzida por mestrando/pesquisador-gestor (PG) orientado por mim na School (Menezes, 2012). Aquela etapa tornou-se foco dessa investigação-ação retrospectiva baseada em arquivos vivos (auto-)silenciados pela colonialidade/racialidade global, com autorização de PG e gestores quando eu estava imerso em investigações transformacionais focadas em outras organizações do desenvolvimento” no Brasil que encorajaram a práxis de cumplicidade subversiva na School. Alpha foi selecionada por dois critérios: representatividade – liderança de mercado-centrismo responsável no setor, reconhecida também no exterior; e acessibilidade – PG tornou-se *trainee* de gestor em Alpha meses antes de iniciar a pesquisa na organização

Esse método prático de investigação resulta de e constitui nossas dinâmicas de aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem no nexo organização-escola investigado/transformado cujo principal desafio foi transformar cumplicidade assimilacionista em cumplicidade subversiva por meio de dinâmicas de decolonização-recolonização acadêmica (Jammulamadaka et al., 2021). Primeiramente, tivemos que “descobrir” nossas identidades híbridas de colonizados-privilegiados que reproduzem-desafiam a matriz de colonialidade do saber, ser e poder (Quijano, 2000) protagonizada por uma academia nortista contrarrevolucionária branqueadora, na qual acadêmicos vão ficando “crescentemente alienados *deles mesmos*” (Fleming, 2019, p. 4, *italico no original*), lidando com a “ameaça” sulista e mais escura de colonização/discriminação/relevância reversa em sociedades emergentes no Sul e Norte. Gestores e pesquisadores foram

então ressignificados como corpos sulistas obedientes e privilegiados que mobilizam práxis de cumplicidade subversiva no nexos organização-escola parcialmente transformado em refúgio instável (Grosfoguel, 2005) ao transpirarem teorias-práticas sulistas de AD apropriadas-contidas-silenciadas pela RG expansionista (Dwivedi et al., 2007); ou seja de acordo com a literatura nortista, nos vemos como agentes disciplinados competentes (Schön, 1983) e conhecedores de diálogos teoria-prática (Statler, 2014) que mobilizam reflexividade crítica e (des)aprendizagem em práticas cotidianas (Cunliffe, 2016) para coprodução de conhecimento relevante sulista a partir da RG branqueadora expansionista que internalizamos.

Em seguida, tentamos superar um padrão duplo de violências corpóreo-epistêmicas-materiais vivido por PG. PG se sentia oprimida por Alpha gerencialista e pela School e seus acadêmicos subordinados a *rankings* masculinistas/capitalistas e cânones nortistas reocidentalizantes. Orientada por acadêmico mais escuro privilegiado-oprimido cautelosamente engajado com a opção decolonial crescentemente vigiada, cooptada e contestada no Sul e Norte (Cusicanqui, 2020; Mignolo & Walsh, 2018), PG passou a praticar cumplicidade subversiva negada por organizações e escolas de negócios. Por meio dessa práxis, tentamos superar a preferência nortista de PG e outros mestrandos por pesquisa qualitativa tradicional com aparência de pesquisa-ação nortista reformista, e correspondente rejeição de pesquisa transformacional sulista para evitar a perda de privilégios brancos e conformidade identitária na academia e empresa. Ao tentarmos identificar e superar nosso temor branqueador coletivo de co-produzir relevância reversa, reconhecemos que nós e outros gestores-acadêmicos reproduzimos o lado mais sombrio do capitalismo racial da modernidade ocidentalista – i.e., colonialidade, sua dimensão constitutiva e inseparável (Mignolo, 2011); também (re)aprendemos que coletivamente podemos transformar esse padrão de colonialidade/racialização epistêmica que internalizamos (Ibarra-Colado, 2006) por meio da mobilização cautelosa e subversiva de consciência dupla/múltipla protagonizada pelo eu nortista privilegiado-oprimido e o ‘outro’ sulista desdesenvolvido, mas não derrotado, que nos constituem (Cusicanqui, 2020; Sandoval, 2000).

Após PG obter o grau acadêmico na School e manter emprego em Alpha, pude ampliar a práxis de cumplicidade subversiva para investigar a pesquisa de PG, minhas anotações sobre experiências praxísticas que costumo esquecer e diversas fontes de dados e literaturas preteridas sobre Alpha e o setor de telecomunicações-mídia. Retrospectivamente, mobilizei um diálogo transmoderno entre o método nortista de triangulação de dados, teorias e pesquisadores (Gibbert et al., 2008) e o método sulista que desafia o privilégio da academia capitalista como detentora “responsável” de métodos extrativos para nos defender das síndromes transnacionais (do medo) de relevância reversa e de colonialismo reverso no Sul e Norte (Cusicanqui, 2020; Grosfoguel, 2020).

Ao longo dos primeiros nove meses da investigação, entrevistamos, convivemos, observamos, (des)aprendemos e refletimos criticamente com 12 gestores, das áreas de *marketing*, comercialização, responsabilidade social e regulamentação de Alpha. Desde o início, observei que narrativas reportadas por PG eram acompanhadas por manifestações de mímica e zombaria ocasionalmente oralizadas, expressões típicas de colonizados privilegiados que obedecem-resistem por meio da mobilização cautelosa de consciência múltipla em sociedades emergentes no Sul

(Bhabha, 1984) e no Norte (Sandoval, 2000). Essas narrativas coproduzidas, polifônicas e silenciadas materializam a práxis de cumplicidade subversiva no nexo organização-escola parcialmente transformado em refúgio instável. Elas informam um padrão ambivalente de reprodução de relevância nortista via pesquisa-ação reformista na forma escrita e transpiração de relevância sulista via pesquisa-ação transformacional predominantemente na forma oral. Descobri no ‘nexo-refúgio’ que a “primeira narrativa” em forma escrita da RG expandida pela teoria pós-moderna nortista expansionista e seus métodos ‘qualitativos’ branqueadores (Czarniawska, 1997) silencia e apropria-contém teorias-práticas-métodos sulistas (Grosfoguel, 2020) que são reapropriadas por sulistas em dinâmicas decolonizantes-recolonizantes de reprodução-subversão insurgente em forma oral (Santos, 2018). As “segundas” narrativas potencialmente “ameaçadoras” que são oprimidas/silenciadas, mas não derrotadas, por essa RG ambivalente branqueadora não apenas materializam a emancipação *conformista* do sujeito pós-moderno nortista na organização e academia capitalistas (Czarniawska, 1997), mas também expressam a “ameaçadora” consciência dupla/múltipla ou *mestiza* de corpos sulistas não brancos (Cusicanqui, 2020; Sandoval, 2000). Por meio da transmodernidade aprendi que essa consciência é impulsionada pela radicalização em escala global do capitalismo racial/colonial e forças de resistência e reexistência libertadoras-emancipatórias em sociedades emergentes que mobilizamos via cumplicidade subversiva. Essas forças permitem reapropriações da face transformacional sulista de RG por meio de recuperação-renovação de teorias-práticas sulistas do campo multifacetado de AD.

Esse método fugitivo/clandestino mobilizado historicamente por corpos mais escuros nas Américas (Moura, 2019; Woodson, 1933) informa nossa descoberta de que acadêmicos e gestores que coproduzem conhecimento relevante sulista mobilizam teorias-práticas “ameaçadoras” da AD multifacetada que são negadas e contidas-apropriadas, mas não derrotadas, por uma RG anti-desenvolvimento ambivalente cuja expansão depende de AD e do ‘outro’ desdesenvolvido. Esse método ganha vida material quando (re)aprendemos que pesquisadores e gestores engajados com coprodução de conhecimento relevante sulista que tente desafiar a matriz de racismo/sexismo/colonialidade que internalizamos/epidermizamos (Gonzalez, 2020) exercitam agência restrita e (auto) vigiada de maneira similar a negros escravizados/abolidos nas Américas historicamente condenados pela “síndrome do medo” branco vivida cotidianamente por corpos sulistas privilegiados-oprimidos do capitalismo racial dependente no Brasil e outros países da região (Moura, 2019).

Com esse método prático, reaprendemos que a literatura nortista de RG nas versões reformista e transformacional transpira o multifacetado e “ameaçador” campo de AD. Engajados com pesquisadores da RG transformacional que argumentam que “aqueles em posição de poder também resistem” (Fleming & Spicer, 2008, p. 304), descobrimos na prática cotidiana que atores privilegiados em Alpha e School fomentam e resistem às dinâmicas contrarrevolucionárias de apropriação-contenção de teorias-práticas sulistas da AD multifacetada que são negadas a acadêmicos e gestores “ameaçadores” e “potencialmente ameaçadores” em escala global. Por meio desse método tentamos escrever e falar como cúmplices sulistas privilegiados que cautelosamente subvertem para superar as dinâmicas de negação e apropriação-contenção do capitalismo racial/colonial dependente em nexos organização-escola privilegiados.

Correspondentemente, reaproprio e ressignifico o argumento reformista-progressista-conformista nortista de que pesquisadores e gestores vivem em mundos diferentes e similares (Bartunek & Rhynes, 2014) e que ambos podem reproduzir ou desafiar conhecimentos existentes (Gherardi, 2000) para combatermos a síndrome da “relevância reversa” que internalizamos/epidermizamos no Sul e Norte. Narrativas escritas e orais coproduzidas por PG, gestores e por mim expressam tais dinâmicas transformacionais que informam e constituem os principais resultados e análises a seguir.

## RESULTADOS E ANÁLISE

Os principais resultados abordam dois padrões de descobertas sobre dinâmicas de aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem na coprodução de conhecimento relevante em sociedades emergentes sob uma perspectiva sulista transformacional: (a) dinâmicas de negação e apropriação-contenção; e (b) dinâmicas de reapropriação. Os nomes são mantidos em sigilo para preservar identidades.

### Dinâmicas de negação e apropriação-contenção

Alpha, subsidiária de grande conglomerado europeu, surgiu nos anos 1990 com a contestada privatização do setor de telecomunicações no Brasil protagonizada por hibridismos estado-mercado do neoliberalismo-desenvolvimentismo (Saad-Filho & Boito, 2016) e dinâmicas reformistas, contra-hegemônicas e contrarrevolucionárias de países emergentes nas quais AD e RG coexistem (Lipton, 2017). Alpha protagoniza no Brasil uma contestada perspectiva estratégica de responsabilidade social corporativa (RSC) via despossessão do estado-sociedade (Faria & Sauerbronn, 2008) que apropria-contém desenvolvimentismos/socialismos de estado e comunitarismos (pós-) desenvolvimentistas para produzir desenvolvimento reformista contrarrevolucionário em nome da proteção de “marginalizados, desfavorecidos e pobres” (Jamali et al., 2015: 3). Essas estratégias contra relevância/discriminação reversa reafirmam dinâmicas populistas-neoimperiais-progressistas do neoliberalismo inclusivo do *Global Compact* (Thérien & Pouliot, 2006) fomentado no Sul e Norte por um complexo capitalista transnacional envolvendo telecomunicações, mídia e *business schools* (Runhaar & Lafferty, 2009). Alpha então desafia-reafirma o elitismo da telefonia móvel no Brasil e o padrão imperialista da gestão de grandes corporações ocidentais no Sul Global (ver Prahalad & Lieberthal, 1998) por meio de discursos socialmente responsáveis da RG que “libertam” ao individualizar/despolitizar/fragmentar uma sociedade potencialmente “ameaçadora” de trabalhadores, gestores, estudantes, consumidores e crescente diversidade de ‘outros’ (Schiller, 2011).

Gestores de Alpha transpiram relevância transformacional sulista ao narrarem oralmente, subvertendo a linguagem da RG nortista dominante, como Alpha desafia-reafirma hierarquias

territoriais, raciais e de classe no setor e país por meio de estratégias de RSC. Definida como “multifacetada” pela literatura da RG expansionista que desenvolve o desdesenvolvimento da maioria (Jamali & Karam, 2018), essa estratégia corporativa nega e apropria-contém o campo multifacetado sulista de DA (Dwivedi et al., 2007; Santos et al., 2018) para expandir um sistema contra-revolucionário de cooptação baseado na cobrança *de* tarifa fixa por chamada telefônica ou transmissão de dados e SMS.

[...] as pessoas não se preocupam mais com o tempo da chamada. Minha empregada (doméstica) agora fala com a família no Nordeste usando Alpha. Antes era quase impossível, agora conversam quase todos os dias. Sim, há muitas reclamações e processos na justiça [...] *Tudo isso é revolucionário também para nós, entende?* (Diana, Especialista em Marketing) [parte oral da narrativa em itálico]

Essas narrativas coproduzidas nonexo organização-escola e marcadas por mímica e zombaria virtualmente silenciadas (mas não derrotadas) pela RG reformista transpiram a RG transformacional impulsionada pela práxis de cumplicidade subversiva vivida e oralizada por gestores e por PG na empresa e academia capitalistas. PG então narra questionamentos orais dos gestores sobre discursos racistas/classistas que circulam na academia e mídia sobre a ascensão consumista da nova classe média celebrada por gestores e pesquisadores educados pela RG reformista branqueadora e influenciados por discursos acadêmicos elitistas sobre o “novo desenvolvimentismo” gerenciável (Bresser-Pereira, 2006) que combate relevância reversa sulista. PG recupera relevância transformacional sulista ao expressar oralmente um padrão de cumplicidade subversiva quanto a estratégia social gerencialista focada no ‘mercado’ de empregadas domésticas que resistem ao capitalismo racial-colonial por meio de movimentos cotidianos de autodesenvolvimento insurgente (Teixeira, 2021) em contexto de crescentes críticas, dentro e fora de corporações e da academia, ao acúmulo extraordinário de privilégios coloniais-raciais e abusos corporativos do setor de telefonia pós-privatização.

As campanhas de propaganda persuadiram clientes com a ideia libertadora de chamada de duração ilimitada [...] No mundo inteiro, as pessoas falam bem mais que no Brasil. Antes de Alpha, telefonia móvel no Brasil era luxo... Com ascensão dos menos favorecidos, das empregadas domésticas, somos todos classe média... *Em Alpha todos são gestores, não há mais privilégios.* (Pimentel, Gestor de Marketing) [narrativa oral em itálico]

[Essa estratégia] faz com que as pessoas tragam seus grupos e comunidades para a Alpha. É uma estratégia de mobilização. Falar mais barato é uma coisa, falar de graça é outro mundo. *Quem resiste? Quando descobrem que é possível, as comunidades passam a desejar, entende? Também tivemos que comprar essa ideia, entende?* (Campomar, Gestor da Área Comercial) [narrativa oral em itálico]

Por meio de interdisciplinaridade e triangulações via cumplicidade subversiva, aprendemos que Alpha e literatura de RG negam e apropriam contramovimentos globalizantes na América Latina impulsionados pela revolução tecnológica de comunicação iniciada nos anos 1970 (Sklair & Miller, 2010) em continuidade às revoluções anti-imperialismo e anticolonialismo dos anos 1960 (Alea, 1990; Fanon, 1965). Alpha e RG rearticulam a *New World Information and Communication Order* (NWICO) dos anos 1970 criada pela Unesco em resposta contra-revolucionária à “revolução mundial” mais escura de 1968 (Elbaum, 2002) que foi subversivamente reapropriada nos anos 1990 pela Revolução Zapatista decolonial transmoderna em Chiapas, no México (Grosfoguel, 2005; McCaughey & Ayers, 2013). Alpha mobiliza uma estratégia de responsabilidade social desenvolvimentista transnacional que renova o lado contrarrevolucionário e branqueador de AD para coconstruir políticas públicas que respondam à ameaçadora queda da hegemonia nortista em informação-comunicação em países emergentes (Thussu, 2015) e ascensão de discriminação reversa transnacional no Sul e Norte (Dawson, 2007). No Brasil o complexo telecomunicações-mídia-educação branqueador apropria linguagens contra-hegemônicas mobilizadas pelo neoliberalismo de baixo para cima (Cox & Nilsen, 2014) e por governos esquerdistas moderados ou radicais da América Latina (Gago, 2017), para reafirmar a face populista oligárquica-racial desse setor ‘estratégico’ branqueador comandado pelos EUA (Frank, 2002).

Nesse contexto do capitalismo racial dependente (Moura, 2019) Alpha impulsiona a virada esquerdista reformista na região que emancipa a “nova classe média” no Brasil com base no mito racista/economicista de “medianização” da sociedade via consumo. Tais hibridismos reformistas neoliberalizam teorias-práticas de AD (Saad-Filho & Boito, 2016) e consolidam o projeto de conversão branqueadora de acadêmicos resistentes e administradores do desenvolvimento multifacetado em ‘novos gestores’ e ‘novos acadêmicos’ despolidizados e cooptados pela RG expansionista que internalizamos/epidermizamos (Fanon, 1967).

Como organização privilegiada que aprende/desaprende por meio de dinâmicas contrarrevolucionárias em que face reformista da RG apropria e alimenta sua face transformacional gerenciada, Alpha apropria teorias-práticas sulistas de movimentos contra-hegemônicos e não capitalismo ao lançar serviços ‘socialmente responsáveis’ que prometem vantagens econômicas individualistas para “comunidades de clientes” atendidas por organizações de desenvolvimento privatizadas que aprendem a acumular e compartilhar capital com múltiplos *stakeholders* privilegiados (Freeman & Velamuri, 2006). Por meio de teorias de aprendizagem gerenciada engajada com esse “outro” privilegiado, organizações e academia apropriam-contêm dinâmicas político-coletivas associadas a desenvolvimento sulista de baixo para cima (Stöhr & Taylor, 1981), tais como as da classe trabalhadora nas grandes corporações (Pochmann, 2014) e as lutas anticolonialismo/racismo/patriarcado/capitalismo cotidianas dentro e fora de organizações e academia capitalistas (Santos, 2018).

Essas estratégias contra-revolucionárias que des-desenvolvem a maioria em escala global são academicamente ressignificadas como “sociais”, enquanto contramovimentos sulistas anti-sistêmicos ilustrados pela Revolução Zapatista dos anos 1990 e pela Primavera Árabe de 2011-12 (Mason, 2012) são teorizados como “movimentos sociais” isolados pela literatura de

RG em suas versões *mainstream* e crítica (Grey, 2002). Com suporte do complexo oligárquico-populista-inclusivo de telecomunicações-mídia-educação (Hallin, 2008), essa grande estratégia neoimperial de combate ameaças de “relevância reversa” e informa dinâmicas de aprendizagem transformacional branqueadora por meio das quais teorias-práticas sulistas e mais escuras são continuamente apropriadas por CEOs “ativistas” de grandes corporações (Branicki, Brammer, Pullen, & Rhodes, 2021) e de *business schools* igualmente autocráticas/racistas (Dar et al., 2021; McCann, Granter, Hyde, & Aroles, 2020). Esses atores privilegiados lideram a coprodução de conhecimento relevante para acumulação “responsável” de privilégios por poderes estabelecidos sob crescente ameaça de sociedades sulistas emergentes/escuras no Sul e Norte. Em resposta contrarrevolucionária ao NWICO e à Revolução Zapatista, a hegemonia eletrônico-digital nortista “resiste” aos “desafios contra-hegemônicos na internet e mídia relacionada” (Sklair & Miller, 2010, p. 478) para combater a “ameaçadora” colonização reversa transnacional por meio de dinâmicas de cooptação de gestores e acadêmicos disciplinados pelo conhecimento da RG expansionista. A própria universidade neoliberal contrarrevolucionária e suas escolas de negócios expropria e convertem direitos coletivos em serviços individualizados via mercadização despolitizadora e aprendizagem branqueadora socialmente “responsável”.

Aprendemos então que organizações e academia apropriam linguagens e teorias-práticas de “comunidades” e “movimentos sociais” e desafiam-reafirmam a face contra-revolucionária do capitalismo racial-colonial-neoliberal para ativar resistências sulistas e hibridismos escuros em AD que retroalimentam e justificam dinâmicas ‘defensivas’ de apropriação-contenção protagonizadas pela RG expansionista que internalizamos. Também desaprendemos lições branqueadoras dominantes para aprendermos/reaprendermos que acadêmicos e gestores conseguem desafiar essa matriz epistêmico-material por meio de cumplicidade subversiva e consequente recuperação-renovação de dinâmicas de aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem que permitem a reapropriação coletiva da face transformacional de RG e AD, como vemos a seguir.

## Dinâmicas de reapropriação transformacional

Gestores e PG transpiravam, em narrativas informadas por consciência múltipla (Sandoval, 2000), expressões de mímica-zombaria da pós-colonialidade reformista (Bhabha, 1984) e da decolonialidade insurgente (Santos, 2018) que constituem a práxis de cumplicidade subversiva para coconstrução de relevância transformacional sulista em sociedades emergentes. Essas narrativas informam dinâmicas cotidianas de reapropriação que recuperam e renovam modos sulistas de conhecer/aprender/ser/administrar (Santos, 2018) que constituem a AD multifacetada e inacabada no Sul e Norte (Pieterse, 2012; Saldaña-Portillo, 2003).

Tavares, gestor mais escuro da área de regulação de Alpha e praticante experiente de AD desde antes das privatizações neoliberais-desenvolvimentistas, protagonizou a mais relevante reapropriação transformacional durante a pesquisa. Tavares nos encorajou a coproduzir relevância sulista transformacional no nosso nexo-refúgio instável ao sugerir que nossa investigação demanda

teorias-práticas de um passado duradouro que a síndrome do medo branqueador (Moura, 2019) e a RG branqueadora que internalizamos ajudam a negar e apropriar-conter:

o tal do mercado mudou muito e as nossas estratégias também [...] no fundo, a questão principal é que o setor de telecomunicações no Brasil não é para amadores... *Nunca foi... Você sabe disso, não? Sem uma perspectiva histórica é impossível falarmos sobre relevância, entende?* [em itálico a parte oralizada por PG após conclusão do mestrado]

Essa narrativa reportada oralmente por PG após a conclusão da pesquisa de mestrado reativa a cumplicidade subversiva nonexo-refúgio e teorias-práticas sulistas de AD baseadas em aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem insurgente. Essa fissura transformacional manifestada por Tavares e silenciada pelo nosso temor branqueador de co-produzir ‘relevância reversa’ me encoraja a recuperar-renovar o método histórico-dedutivo color-blind prevalente em AD (Bresser-Pereira, 2009) como alternativa sulista ao método hipotético-dedutivo dominante em RG desafiado/reafirmado pela ‘virada histórica’ pós-modernista euro-britânica color-blind impulsionada pela face transformacional e apropriadora/branqueadora da RG (e.g., Cummings et al., 2017). Engajo, portanto, pesquisadores sulistas do campo da gestão que promovem resistência e reexistência de AD multifacetada no Brasil por meio de perspectivas nacionalista/latino-americanista (Santos et al., 2015; Wanderley et al., 2018) e transmoderna/pluriversal (Wanderley & Faria, 2012) de decolonização-recolonização acadêmica.

Nos anos 1950, em um contexto cada vez menos gerenciável para a ordem mundial branca, os serviços de telecomunicações no Brasil eram ofertados por centenas de empresas. Corporações imperiais de países do Primeiro Mundo crescentemente “ameaçado” por sociedades emergentes mais escuras (Dawson, 2007; Moura, 2019) impõem o padrão de desenvolvimento do subdesenvolvimento de sistemas de informação-comunicação e educação do Terceiro Mundo em escala global (Masha, 1982). Essa virada contrarrevolucionária (Carlsson, 2003, p. 196) responde a movimentos sulistas protagonizados pelo *Black Power Civil Rights Movement* nos EUA, (Joseph, 2013), conectados a e teorias-práticas de DA de baixo para cima e de cima para baixo mobilizadas por sociedades emergentes/ressurgentes heterogêneas e crescentemente interconectadas. Organizações e academia que resistem mobilizam a práxis de cumplicidade subversiva para transmodernizar teorias-práticas da AD multifacetada (Farazmand, 2002), em resposta coletiva a projetos racistas/colonialistas de modernização/desenvolvimento suportadas por esses sistemas contrarrevolucionários e novas teorias e políticas branqueadoras de AD na América Latina/América Ladina (Gonzalez, 2020). Mobilizada pela administração Truman nos EUA a partir dos anos 1940-50, e suportada pelas elites, essa ofensiva renova no Brasil as dinâmicas modernizantes do escravismo tardio (1850-1888) inauguradas com a descoberta/conquista das “Américas” em 1492 (Moura, 2019). A face contrarrevolucionária das teorias hegemônicas de desenvolvimento e de AD é radicalmente reproduzida pela RG a partir dos anos 1970 por meio de dinâmicas de apropriação-contenção de teorias-práticas sulistas de desenvolvimentos de baixo para cima e de cima para baixo (Saldaña-Portillo, 2003) que reafirmam no Terceiro Mundo o regime a

matriz capitalista de desumanização de negros por brancos ‘ameaçados’ pela emergência de ‘bárbaros irracionais’ (Woodson, 1933). Essa RG se expande por meio da matriz colonial/racial do desenvolvimento do subdesenvolvimento vivida por corpos mais escuros nas Américas desde o século XVI e denunciada na América Latina por teóricos-intelectuais da dependência nos anos 1960-70 (Frank, 1969) e posteriormente por teóricos-ativistas do pós-desenvolvimento decolonial latino-americanista nos anos 1990 (Escobar, 2011).

Após a revolução cubana e ascensão de ex-colônias sulistas na África e Ásia que lideram a contestada constituição do Terceiro Mundo como projeto econômico-político-cultural-elitista anti-imperialismo/racismo (Prashad, 2012), teorias-práticas sulistas que nascem das lutas de libertação revolucionária-reformista das sociedades emergentes mais escuras são apropriadas pelas Nações Unidas “sob ameaça”. Essa apropriação contrarrevolucionária informa dinâmicas duradouras de dominação no ‘nosso’ sistema de telecomunicações-mídia e educação no Brasil mencionado por Tavares.

Generosamente expressando raiva, Tavares refere-se ao passado presente vivido por profissionais de AD e RG que mobilizam hibridismos resultantes de dinâmicas cotidianas de cumplicidade subversiva e aprendizagem-desaprendizagem-reaprendizagem transformacional e teorias-práticas sulistas de cima para baixo e de baixo para cima. Esses artefatos combatidos pela RG expansionista corporificam múltiplos movimentos em uma heterogênea América Latina (Gonzalez, 2020) conectada a lutas anticolonialismo e guerras de libertação na África e Ásia e a movimentos anti-imperialismo e antirracismo de cima para baixo e de baixo para cima nos EUA (Elbaum, 2002) apropriados-contidos no Sul e Norte, mas não derrotados, por membros das elites branqueadoras do complexo de telecomunicações-mídia-educação (Carlsson, 2003; Sinclair, 1990). Com a Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações sob uma perspectiva imperial-racial de desenvolvimentismo nacionalista. Esta foi contestada por nexos-refúgios instáveis de uma AD predominantemente elitista-nacionalista-revolucionária tais como Ibsp e ISEB (Bresser-Pereira, 2004; Lynch, 2015). Esses nexos absorvem movimentos e sociedades afro-brasileiras informadas pela práxis “mais ameaçadora” de cumplicidade subversiva (Gomes, 2017; Gonzalez, 2020) e são então implodidos internamente por disputas elitistas branqueadoras (Moura, 2019) que ajudam a promover uma configuração anti-negritude contra-revolucionária em escolas de negócios no Brasil (Cooke & Alcadipani, 2015) conectada à cientificação branqueadora radical nos EUA (Khurana, 2007). Esta super-matriz colonial governa dinâmicas longevas de apropriação-contenção entre o campo disciplinado e branqueador da gestão e o “potencialmente ameaçador” campo multifacetado e mais escuro de DA (Patel, 2020).

Em meio à forte campanha nacionalista de baixo para cima e de cima para baixo contra os grupos Light, Amforp e ITT e tensas disputas acerca do uso de satélites pelos poderes imperiais da Guerra Fria, essa configuração contrarrevolucionária é reafirmada radicalmente no Brasil durante o governo progressista de João Goulart, impulsionada pela criação do Movimento Não-Alinhado (MAN) em 1961 no âmbito das Nações Unidas (Prashad, 2012). Informados pela perspectiva de nacionalismo terceiro-mundista branqueador impulsionada pela transnacionalização do

capital e militarismo em uma “ameaçadora” era de descolonização e império no Sul e Norte (Santos et al., 2018) na qual, “pela primeira vez, os países do Sul – em especial os mais ricos – agiam conjuntamente de modo a perturbar seriamente a economia do Norte” (Rist, 2014, p. 142), organizações poderosas do sistema comunicações-mídia e academia rearticulam hibridismos desenvolvimento-administração no Brasil. O mito da democracia racial nessa sociedade emergente do capitalismo racial e em seu sistema universitário intelectualizado (Moura, 2019) ajuda a impulsionar a ideologia de desenvolvimento industrial dependente, marcada por dinâmicas anti-negritude de apropriação-contenção e diferentes versões acadêmicas e não acadêmicas da teorização da dependência (Wanderley et al., 2021). Esses hibridismos que são colonizados pela RG expansionista que internalizamos, mas não derrotados, são avaliados no passado presente vivido por Tavares e outras pessoas mais escuras subalternizadas por acadêmicos profissionais como eu como progressistas, segundo acadêmicos dependentistas, e predatórios ou reformistas, segundo acadêmicos revolucionários e vozes mais escuras silenciadas pela história e historiografias color-blind (Evans, 1995, 2018).

É então criada a Embratel, a partir do plano de integração nacional informado pela Doutrina branqueadora de Segurança Nacional de inspiração estadunidense que embasa o Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT) e o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) no comando do Plano Nacional de Telecomunicações. Como organizador central do sistema telecomunicações-mídia-educação no país a Embratel torna-se “a mais extraordinária realização da Escola Superior de Guerra (ESG), em associação com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Serviço Nacional de Informações (SNI), e outras instituições simpatizantes da ideologia política da corporação militar” (Felipe, 2005, p. 32).

Com a Revolução Cultural Chinesa, o assassinato de Che Guevara na Bolívia, em 1967, o movimento anti-imperialismo na Europa e o ápice do movimento *Black Power* simultaneamente ao assassinato de Martin Luther King nos EUA, em 1968, dinâmicas de reapropriação ressurgem dentro e fora da universidade e crescem tensões no âmbito das universidades e no complexo de telecomunicações-mídia-educação. Teorias-práticas sulistas e mais escuras impulsionadas pela práxis de cumplicidade subversiva são então apropriadas-contidas por políticas oficiais baseadas nos discursos de liberdade de fluxo de informação, direitos humanos e educação estabelecidos pelas Nações Unidas. Em resposta a contramovimentos heterogêneos por soberania e justiça racial após a derrota dos EUA no Vietnã e ataques crescentes e orquestrados às corporações transnacionais no Sul e Norte informados por teorias-práticas sulistas para (auto-)desenvolvimento, a Unesco se consolida como fórum político do projeto anti-imperialista de descolonização branqueadora de sistemas de informação-comunicação e de educação no Sul e Norte (Carlsson, 2003) vivido por Tavares.

Em resposta à ameaça crescente de discriminação reversa no Sul e Norte catalisada pela modificação do regime imperial de fluxo livre de informações impulsionada por teorias-práticas sulistas (Alea, 1990; Carlsson, 2003; Faure et al, 1972), são institucionalizadas no Norte as teorias de aprendizagem gerenciada. Estas são mobilizadas pela RG expansionista contra qualquer indício de “relevância reversa” gerado pela AD multifacetada.

A RG é impulsionada pela política de imperialismo cultural focada em “ameaças emergentes” (Bello, 1994), ou seja, uma resposta “defensiva” a dinâmicas terceiro-mundistas de imperialismo reverso, incluindo os EUA (Sinclair, 1990). Essa resposta é mobilizada pela grande ofensiva estrutural do capitalismo racial transnacional e militarismo estadunidense (Ahmad, 1995) e suportada pela face contrarrevolucionária de AD. Por meio de dinâmicas de apropriação-contenção de sua face transformacional sulista o campo de AD impulsionado por dinâmicas de reapropriação é radicalmente desmobilizado (Rist, 2014) por elites transnacionais que abraçam essa RG expansionista branqueadora para controlar mais efetivamente o sistema organizações-academia em escala global com apoio da universidade neoliberal contrarrevolucionária e suas escolas de negócios.

No Brasil, em meio a ataques a grandes corporações protegidas pela CIA e pelo governo militar ditatorial branqueador é então criado no final dos anos 1970 o sistema Telebrás – monopólio estatal federal constituído por rede de 27 empresas e uma operadora de longa distância interligadas. Com a crescente importância do sistema informação-comunicação-educação para expansão do neoliberalismo contrarrevolucionário suportado por projetos nacionalistas-militares no Terceiro Mundo, o Sistema Telebrás mobiliza movimentos terceiro-mundistas por soberania nacional branqueadora ao inaugurar, em 1980, seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) em Campinas-SP. Essas transformações são suportadas por teorias-práticas nacionalistas/terceiro-mundistas que vão além da síndrome branqueadora do medo (Moura, 2018). Merece destaque a obra antirracismo/colonialismo de Ramos (1983), promovendo um diálogo intercultural entre a RG nortista e AD sulista sob uma perspectiva nacionalista (Santos et al., 2015) que fomenta hibridismos que resistem e reexistem no cotidiano de Tavares e em nossas dinâmicas acadêmicas contemporâneas de aprendizagem/desaprendizagem/reaprendizagem insurgente (Paula, 2007; Santos et al., 2018).

Respostas contrarrevolucionárias engajadas com a RG expansionista são então mobilizadas pela ditadura militar nacional-desenvolvimentista com apoio parcial da população, universidade e capital transnacional. Discursos mercadocêntricos são patrocinados pela hiperviolenta Operação Condor para interromper teorias-práticas emergentes geradas pela mobilização dos meios de comunicação de massa e de educação pelas “forças de esquerda” (McSherry, 2005) supostamente subordinadas a estatismos desenvolvimentistas-populistas promovidos pelo comunismo imperial global (Krasner, 1985).

O capital liberal transnacional impulsiona uma frente de dinâmicas ultraofensivas suportadas por uma RG expansionista que informa o experimento extraterritorial da contrarrevolução neoliberal no Chile. O experimento ajuda a dismantelar simultaneamente no Sul e Norte o bem-sucedido sistema universidade-comunicações insurgente dos 1950-60s e ao crescente ameaça de “relevância reversa” por meio de violenta imposição do gerencialismo individualista-elitista-consumerista (Cotroneo & Costa, 2010). Nos anos 1980, a recessão econômica contrarrevolucionária focada no Terceiro Mundo e na América Negra arquitetada por Paul Volcker à frente do Federal Reserve reafirma disputas divisoras/fragmentadoras e coalizões capitalistas protagonizadas por países emergentes da Organização de Países

Exportadores de Petróleo (OPEP) e pela oligarquia financista-supremacista-racista dos EUA (Allen, 2001). Ronald Reagan, o “mestre da televisão”, revoluciona radicalmente o sistema de telecomunicações-mídia pós-1968 com o projeto supremacista Guerra nas Estrelas (Boyer, 1998) e institucionaliza a contrarrevolução protagonizada pela universidade neoliberal branqueadora e suas escolas de negócios (Davies, Gottsche, & Bansel, 2006) para apropriar-conter movimentos emergentes mais escuros em escala global e suprimir a práxis de cumplicidade subversiva corajosamente mobilizada por Tavares.

No início dos anos 1990, em paralelo à rearticulação radical do sistema de telecomunicações-mídia nos EUA comandado por oligarquias do populismo financista (Frank, 2002; Hallin, 2008), o Sistema Telebrás é privatizado e desregulamentado, impulsionado pelos princípios do Consenso de Washington e dinâmicas extrativistas de des/reterritorialização do capitalismo transnacional racial em escala global. Nesse contexto de múltiplas emergências e apropriações contra o “ameaçador” choque de civilizações em um “mundo sem fronteiras” no qual Alpha emerge como organização de desenvolvimento privatizada, a radical apropriação-contenção da AD multifacetada é mobilizada por “uma minoria privilegiada [que] acumula riqueza e poder com uma taxa sem precedentes em todos esses ‘mundos’” (Dwivedi et al., 2007, p. 109). Movimentos contra-hegemônicos por justiça racial, democracia anti-imperialismo e correspondentes teorias-práticas coletivistas mobilizadas pela AD subalternizada, mas não derrotada, são tratados pela universidade neoliberal e pelo sistema de telecomunicações-mídia-gestão (Hallin, 2008) como movimentos sociais isolados para então promover a conversão radical de oposição revolucionária em ordem reformista no Sul e no Norte (Higgins, 2004) com suporte da RG expansionista.

Impulsionadas pela desregulamentação hiperagressiva do setor financeiro e rearticulação do expansionismo supremacista durante a administração inclusiva de Bill Clinton, privatizações na América Latina (também no Leste Europeu) redesenham a economia política do setor de telecomunicações-mídia, com a formação de conglomerados transnacionais predominantemente nortistas, e ampliação de privilégios de grupos e famílias locais conectados à oligarquia capitalista transnacional (Zon, 2016). Um ano após a Reforma das Telecomunicações nos EUA, que concentra mais privilégios nas mãos da minoria supremacista (Frank, 2002), é aprovada em 1997, no Brasil, a Lei Geral de Telecomunicações, que consolida a estrutura de governança do setor. Por meio de uma perspectiva antidesenvolvimento suportada pela RG e elites branqueadoras, é criada a agência nacional de regulação supostamente independente, a Anatel, que segue o desenho estadunidense de regular as estruturas coloniais do capitalismo racial para melhor combater racismo/discriminação/relevância reversa. A agência abraça o populismo mercadocêntrico e promove a mercadização regulada do setor no Brasil por meio da RG reformista branqueadora que nega e apropria-contém uma gama heterogênea de teorias-práticas sulistas transformacionais “ameaçadoras” de baixo para cima e de cima para baixo que, encorajados por Tavares, reapropriamos aqui para coprodução insurgente de conhecimento relevante sulista transformacional engajado com o outro “desdesenvolvido”.

## DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Esta investigação-ação sobre coprodução sulista de conhecimento transformacional relevante em condições de (im)possibilidade em e a partir de países e sociedades emergentes/ressurgentes abraça uma perspectiva de cumplicidade subversiva engajada com o ‘outro’ des-desenvolvido vivendo a radicalização capitalista da colonialidade/racialidade no Norte e Sul. A partir de um nexos organização-escola privilegiado transformado em refúgio instável esse projeto coletivo desafia dinâmicas contrarrevolucionárias do desenvolvimento expansionista da RG nortista branqueadora impulsionadas pelo combate à ameaça de ‘relevância reversa’ e pelo desdesenvolvimento do campo multifacetado de AD. Aprendemos que práticas/teorias do campo inacabado de AD mobilizadas cotidianamente em organizações de desenvolvimento privatizadas no sistema de telecomunicações-mídia-educação são negadas/apropriadas/contidas, mas não derrotadas, por acadêmicos *mainstream* e críticos como eu que internalizam a matriz colonial do capitalismo racial e o medo branqueador coletivo de produzir ‘relevância reversa’. Enquanto membros da elite transnacional branqueadora fomentam e resistem às dinâmicas de desdesenvolvimento da AD multifacetada, acadêmicos e praticantes oprimidos/privilegiados impulsionados por consciência dupla/múltipla, práxis de cumplicidade subversiva, e forças de resistência e reexistência em dinâmicas de decolonização-recolonização promovem reapropriações transformacionais sulistas sob a perspectiva da maioria desdesenvolvida no Sul e Norte.

A investigação dessas dinâmicas de co-produção invisibilizadas, predominantemente oralizadas e virtualmente esquecidas por mim e outros acadêmicos torna-se particularmente relevante para a maioria e para o planeta no contexto contemporâneo da pandemia dupla da Covid-19 e da supremacia branca colonial (Stovall, 2020). A pandemia dupla torna mais visíveis as dinâmicas contrarrevolucionárias de desdesenvolvimento da maioria mais escura “ameaçadora” e desestabiliza a contestada relevância do campo da gestão nortista anti-desenvolvimento em escala global. Enquanto escrevo este artigo testemunhamos a emergência de uma RG expansionista com inclinação sociodesenvolvimentista e baseada em dinâmicas renovadas de apropriação-contenção do campo multifacetado de AD. Esta super-expansão está sendo liderada pelo Norte Global em uma resposta reocidentalizante responsável a uma “ameaçadora” expansão de movimentos sulistas antirracismo e decoloniais no Sul e Norte interconectados com forças desocidentalizantes lideradas pela China e Grande Eurásia desenvolvimentistas que se expandem globalmente, inclusive na América Latina e África.

Nessa investigação (re)aprendi que vivemos, dentro de uma era de descolonização e império, uma complexa Era do Desenvolvimento impulsionada por alternativas não capitalista, pós-capitalista e anticapitalista negadas e apropriadas/contidas pela RG, mas não derrotadas, que são constituídas também por dinâmicas cotidianas de cumplicidade subversiva e transmodernidade decolonial dentro e fora da academia capitalista contra-revolucionária em múltiplas transições. Em consonância com uma virada desenvolvimentista anti-China comandada por elites dos países e instituições do G7 que oferecem neoliberalismo radicalizado ou autoritarismo democrático em escala global, essa nova RG mobilizada por um sistema branqueador de escolas de negócios

“*too big to fail*” corporifica dinâmicas radicais de desdesenvolvimento da crescente maioria sulista mais escura emergente/ressurgente no Sul e Norte.

Também (re)aprendi que a coprodução de conhecimento relevante sulista em sociedades emergentes pode ser realizada, mesmo em condições de virtual impossibilidade de decolonização do capitalismo racial/neoliberal que internalizamos. A práxis insurgente de recuperação-renovação da AD multifacetada não é uma particularidade sulista, nacionalista ou latino-americanista.

Em busca de aliados dentro e fora da academia profissional este trabalho engaja acadêmicos progressistas da face transformacional da RG que mobilizam teorias-práticas sulistas para desafiar estruturas de despolitização e individualização dentro da universidade neoliberal contrarrevolucionária em um Norte Global cada vez mais desigual, heterogêneo e autoritário (Santos, 2018). Diálogos transmodernos informados por consciência dupla/múltipla com o Norte são imperativos para projetos sulistas decoloniais, anticoloniais e antirracismo inacabados, que vão além de essencialismos ‘reversos’ históricos que internalizamos/epidermizamos (Fanon, 1967; Freire, 1970; Sandoval, 2000), tais como latino-americanismo, nacionalismo e nativismo. Por meio de dinâmicas coletivas de decolonização/recolonização para reapropriações epistêmicas no Sul e no Norte em torno de um campo de AD multifacetado e inacabado podemos constituir uma crescente e heterogênea comunidade de acadêmicos sulistas potencialmente “relevantes” para todos, ainda que governados pelos *rankings* contrarrevolucionários da geopolítica nortista do conhecimento capitalista e estruturas correspondentes da economia política em contexto de radical retomada da gerenciabilidade branqueadora contra relevância/discriminação reversa. A comunidade de pesquisadores privilegiados do Norte com quem interajo assimetricamente há muitos anos ignora essa trajetória expansionista da RG nas versões *mainstream* e crítica e reformista e transformacional que é enfrentado desde os anos 1960-70 por crescente maioria de sulistas mais escuros no Sul e Norte e por gestores como Tavares e Campomar e muitos colegas no Brasil e outros cantos sulistas que resistem à subalternização da AD multifacetada. Em uma Era do Desenvolvimento potencialmente transitando para além do capitalismo racial e modernidade eurocêntrica, essa RG expansionista radicaliza dinâmicas longevas e invisibilizadas de negação e apropriação-contenção do campo multifacetado de AD torna-se cada vez mais dependente, ambivalente e insurgente em um Norte cada vez mais sulista e escuro. Essa ambivalência “ameaçadora/insurgente” impulsiona múltiplas possibilidades de coprodução de relevância transformacional por meio da recuperação-renovação coletiva de teorias-práticas sulistas que informam a AD multifacetada no Sul e Norte. Esta investigação, então, recupera, materializa e redistribui esperanças e tolerância a contradições e ambivalências que continuam sendo praticadas-teorizadas por corpos sulistas no Sul e Norte desde 1492 dentro e fora da academia e organizações capitalistas. Espero então encorajar acadêmicos e não acadêmicos engajados com a RG a subverterem nossa cumplicidade com o desdesenvolvimento do “outro” via aprendizagem e relevância gerenciadas e pessoas/coletividades não brancas excluídas, vigiadas e cooptadas, mas não derrotadas, a coproduzirem mais conhecimento sulista relevante para todos por meio de mais subversão e menos cumplicidade.

A coprodução de relevância sulista marcada por contradições e ambivalências por meio de métodos práticos coletivos e oralidades insurgentes é mais urgente do que escrevermos academicamente sobre relevância sulista nesse contexto de radicalizações contrárias à vida da maioria e do planeta. Com a modesta recuperação e reapropriação de um método prático mais escuro essa investigação pode nos encorajar a continuar transformando cumplicidade assimilacionista em cumplicidade subversiva em condições de (im)possibilidade a partir de nexos organização-escola privilegiados que constituímos e transformamos em refúgios instáveis no Sul e Norte.

A coprodução insurgente e cautelosa de conhecimento relevante sulista sob a perspectiva do “outro” requer a ampliação radical de métodos coletivos que transformem as condições de (im)possibilidade que internalizamos. Essa investigação pode ser coletivamente relevante por recuperar uma perspectiva retrospectiva de investigação-ação que desafia (auto-)silenciamentos e esquecimentos insurgentes de nossas capacidades de transformação cotidiana, um fenômeno fomentado pela RG destinada a combater a crescente ameaça de “colonização/relevância/discriminação reversa” em todos os cantos. Como uma resposta transformacional ao desdesenvolvimento do Brasil por meio da desindustrialização radical comandada por elites branqueadoras “assentadas no conservadorismo, classicismo e autoritarismo” (Pochmann, 2022, p. 37), esta investigação-ação sulista institucionalmente condenada a ser esquecida por mim e pela história branqueadora que internalizamos na academia antipreto (Moura, 2019; Woodson, 1933) é um artefato regenerativo de uma AD multifacetada informada por projetos longevos baseados em múltiplos métodos de cumplicidade subversiva. Esses projetos insurgentes vêm sendo conduzidos por diversos grupos e coletivos acadêmicos e não acadêmicos no Brasil por meio dos quais aprendo a desaprender/reaprender/relembrar, tais como Observatório da Realidade Organizacional (UFSC), Administração Política (UESB), Organizações e Práxis Libertadora (UFRGS), Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade/NEOS (UFMG), e Núcleo de Estudos da Administração Brasileira/Abras (UFF), entre outros.

Esta investigação terá atingido objetivos mais substantivos e responsáveis, sob a perspectiva do ‘outro’, se também encorajar o fomento de reparações materiais que viabilizem nosso fazer prático transformacional coletivo a partir das fissuras e ambivalências da academia capitalista contrarrevolucionária. Enfim, espero que esta investigação-ação que oralizo eloquentemente enquanto escrevo cautelosamente como acadêmico mulato sulista usuário de máscaras brancas da sobrevivência (Fanon, 1967) ajude os campos branqueadores de administração/gestão e desenvolvimento, em geral, e AD, em particular, a recuperar-renovar condições materiais para que gestores, pesquisadores e outros membros de sociedades emergentes/ressurgentes no Sul e Norte continuem coproduzindo teorias-práticas sulistas insurgentes relevantes radicalmente engajadas com o “outro” mais escuro da maioria desdesenvolvida (Faria et al., 2021), para além do capitalismo racial/colonial ocidentalista que internalizamos/epidermizamos.

## AGRADECIMENTOS

Esse artigo não teria sido possível sem a generosidade e coragem de Viviane Menezes e de um grupo heterogêneo e crescente de estudantes/profissionais/acadêmicos/não-acadêmicos com quem continuo tendo o privilégio de aprender a praticar cumplicidade subversiva em dinâmicas de decolonização-recolonização, dentro e fora da academia no Brasil e no exterior. Gostaria de agradecer ao Editor Associado Marcus Gomes pela competente condução desse processo de editoração, e ao Editor-Chefe Jorge Carneiro e à equipe de Produção Editorial por terem me ajudado a superar problemas gerados pela pandemia da COVID-19. Finalmente, agradeço o extraordinário trabalho dos revisores anônimos que me ajudaram ao longo do processo. Esse artigo inaugura o Action Learning Lab:Alliance da FGV EBAPE, um nexos transformacional coconstruído com colegas e amigos do IMPM, Lancaster University Management School, BNDES e Galpão Aplauso.

## REFERÊNCIAS

- Abramov, I., Johnson, K., & Abramov, I. (2004). *Business ethics: A manual for managing a responsible business enterprise in emerging market economies*. Washington, USA: US Department of Commerce.
- Ahmad, A. (1995). *The politics of literary postcoloniality*. *Race & Class*, 36(3), 1-20. <https://doi.org/10.1177/030639689503600301>
- Alea, T. (1990). *Memories of underdevelopment*. New Brunswick, USA: Rutgers University.
- Allen, R. L. (2001). *The globalization of white supremacy: Toward a critical discourse on the racialization of the world*. *Educational Theory*, 51(4), 467. <https://doi.org/10.1111/j.1741-5446.2001.00467.x>
- Alvesson, M., & Willmott, H. (1992). *On the idea of emancipation in management and organization studies*. *Academy of Management Review*, 17(3), 432-464. <https://doi.org/10.5465/amr.1992.4281977>
- Antal, A., & Sobczak, A. (2004). *Beyond CSR: Organisational learning for global responsibility*. *Journal of General Management*, 30(2), 77-98. <https://doi.org/10.1177/030630700403000207>
- Argyris, C., & Schon, D. (1978). *Organizational learning: A theory of action perspective*. Reading, USA: Addison-Wesley.
- Bartunek, J., Rynes, S. (2014). *Academics and practitioners are alike and unlike the paradoxes of academic-practitioner relationships*. *Journal of Management*, 40, 1181-1201. <https://doi.org/10.1177/0149206314529160>
- Bello, W. (1994). *Dark victory: The US, structural adjustment and global poverty*. Oakland, USA: Institute for Food and Development Policy.
- Bhabha, H. (1984). *Of mimicry and man: The ambivalence of colonial discourse*. *October*, 28, 125-133. <https://doi.org/10.2307/778467>
- Bhambra, G. K. (2021). *Decolonizing critical theory? Epistemological justice, progress, reparations*. *Critical Times*, 4(1), 73-89. <https://doi.org/10.1215/26410478-8855227>
- Boatcă, M. (2016). *Global inequalities beyond occidentalism*. London, UK: Routledge.

- Boden, R., & Nedeava, M. (2010). *Employing discourse: universities and graduate 'employability'*. *Journal of Education Policy*, 25(1), 37-54. <https://doi.org/10.1080/02680930903349489>
- Borda, O. F. (2006). Participatory (action) research in social theory: Origins and challenges. In: Reason, P., & Bradbury, H. (Eds.), *Handbook of Action Research: Participative Inquiry and Practice* (pp. 27-37). London, UK: Sage.
- Boyer, E. L. (1990). *Scholarship reconsidered: Priorities of the professoriate*. Princeton, USA: Princeton University.
- Bradbury, H., & Reason, P. (2003). Action research: An opportunity for revitalizing research purpose and practices. *Qualitative Social Work*, 2(2), 155-175. <https://doi.org/10.1177/1473325003002002003>
- Branicki, L., Brammer, S., Pullen, A., & Rhodes, C. (2021). The morality of "new" CEO activism. *Journal of Business Ethics*, 170(2), 269-285. <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04656-5>
- Bresser-Pereira, L. C. (2004). O conceito de desenvolvimento do ISEB discutido. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, 47(1), 49-84. <https://doi.org/10.1590/s0011-52582004000100002>
- Bresser-Pereira, L. C. (2006). Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, 20(3), 63-96. Recuperado de <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/06.3.NovoDesenvolv-Mai26.2007.Eli.p.pdf>
- Bresser-Pereira, L. C. (2009). *Developing Brazil: Overcoming the failure of the Washington Consensus*. Boulder, USA: Lynne Rienner.
- Carlsson, U. (2003). The rise and fall of NWICO. *Nordicom Review*, 24(2), 31-67.
- Chase-Dunn, C., & Boswell, T. (2009). Semi-peripheral development and global democracy. In C. Chase-Dunn & T. Boswell (Eds.), *Globalization and the 'new' semi-peripheries* (pp. 213-232). London, UK: Palgrave Macmillan.
- Christensen, T., Lisheng, D., & Painter, M. (2008). Administrative reform in China's central government: How much learning from the West? *International Review of Administrative Sciences*, 74(3), 351-371. <https://doi.org/10.1177/0020852308095308>
- Clarke, J., Gewirtz, S., & McLaughlin, E. (Eds.). (2000). *New managerialism, new welfare?* London, UK: Sage.
- Clarke, J., & Newman, J. (1993). The right to manage: A second managerial revolution?. *Cultural Studies*, 7(3), 427-441. <https://doi.org/10.1080/09502389300490291>
- Contu, A. (2020). Answering the crisis with intellectual activism: Making a difference as business schools scholars. *Human Relations*, 73(5), 737-757. <https://doi.org/10.1177/0018726719827366>
- Contu, A., Grey, C., & Örténblad, A. (2003). Against learning. *Human Relations*, 56, 931-952. <https://doi.org/10.1177/00187267030568002>
- Cooke, B. (2004). The managing of the (third) world. *Organization*, 11(5), 603-629. <https://doi.org/10.1177/1350508404044063>
- Cooke, B. (2006). The Cold War origin of action research as managerialist cooptation. *Human Relations*, 59(5), 665-693. <https://doi.org/10.1177/0018726706066176>
- Cooke, B., & Faria, A. (2013). Development, management and North Atlantic Imperialism: For Eduardo Ibarra Colado. *Cadernos Ebape.Br*, 11, I-XV. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000200001>
- Cooke, B., & Alcadipani, R. (2015). Toward a global history of management education: The case of the Ford Foundation and the São Paulo School of Business Administration, Brazil. *Academy of Management Learning & Education*, 14(4), 482-499. <https://doi.org/10.5465/amle.2013.0147>

- Costa, D., & Teodósio, A. (2011). Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 12 (3), 114-145. <https://doi.org/10.1590/s1678-69712011000300006>
- Cotroneo, M. (2013). Management education in Chile: From politics of pragmatism to (im)possibilities of resistance. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1087-1100. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.UPSY12-4.meic>
- Cotroneo, M., & Costa, P. (2010). Chilean management education: Rhetoric of pragmatism, consumerism, individualism and elitism. *Cadernos Ebape.Br*, 8, 370-387. <https://doi.org/10.1590/s1679-39512010000200012>
- Cox, L., & Nilsen, A. (2014). *We make our own history*. London, UK: Pluto.
- Cummings, S., Bridgman, T., Hassard, J., & Rowlinson, M. (2017). *A New History of Management*. Cambridge, UK: Cambridge University.
- Cunliffe, A. (2016). Republication of “On becoming a critically reflexive practitioner”. *Journal of Management Education*, 40(6), 747-768. <https://doi.org/10.1177/1052562916674465>
- Cusicanqui, S. (2020). *Ch'ixinakax utxiwa on practices and discourses of decolonization*. Cambridge, UK: Polity.
- Czarniawska, B. (Ed.). (1997). *A narrative approach to organization studies*. London, UK: Sage.
- Dar, S., Liu, H., Dy, A., & Brewis, D. (2021). *The business school is racist: Act up!*. *Organization*, 28(4), 695-706. <https://doi.org/10.1177/1350508420928521>
- Dar, S., & Cooke, B. (Eds.). (2008). *The new development management: Critiquing the dual modernization*. London, UK: Zed Books.
- Dar, S., Liu, H., Dy, A. M., & Brewis, D. N. (2021). *The business school is racist: Act up!* *Organization*, 28(4), 695-706. <https://doi.org/10.1177/1350508420928521>
- Davies, B., Gottsche, M., & Bansel, P. (2006). *The rise and fall of the neo-liberal university*. *European Journal of Education*, 41(2), 305-319. <https://doi.org/10.1111/j.1465-3435.2006.00261.x>
- Dawson, A. (2007). *Mongrel nation: Diasporic culture and the making of postcolonial Britain*. Michigan, USA: University of Michigan.
- Denzin, N. (2017). *Critical qualitative inquiry*. *Qualitative Inquiry*, 23(1), 8-16. <https://doi.org/10.1177/1077800416681864>
- Donaldson, L. (2002). *Damned by our own theories: Contradictions between theories and management education*. *Academy of Management Learning & Education*, 1(1), 96-106. <https://doi.org/10.5465/amle.2002.7373701>
- Dussel, E. (2015). *Filosofías del Sur: Descolonización y transmodernidad*. Madrid, España: Akal Editores.
- Dwivedi, O., Khator, R., & Nef, J. (2007). *Managing development in a global context*. London, UK: Springer.
- Elbaum, M. (2002). What legacy from the radical internationalism of 1968?. *Radical History Review*, 82(1), 37-64.
- Elbaum, M. (2006). *Revolution in the Air: Sixties Radicals Turn to Lenin, Che, and Mao*. London, UK: Verso.
- Elden, M., & Chisholm, R. (1993). *Emerging varieties of action research*. *Human Relations*, 46(2), 121-142. <https://doi.org/10.1177/001872679304600201>

- Escobar, A. (2011). *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton, USA: Princeton University.
- Evans, P. (1995). *Embedded autonomy: States and industrial transformations*. Princeton, USA: Princeton University.
- Evans, P. (2018). *Dependent development: The alliance of multinational, state, and local capital in Brazil*. Princeton, USA: Princeton University.
- Fanon, F. (1965). *A dying colonialism*. New York, USA: Monthly Review.
- Fanon, F. (1967). *Black Skin, White Masks*. New York, USA: Grove.
- Farazmand, A. (Ed.). (2002). *Administrative reform in developing nations*. London, UK: Greenwood Publishing.
- Faria, A., Abdalla, M., & Guedes, A. (2021). [Can we co-construct a field of management/administration engaged with the majority?. \*Organizações & Sociedade\*, 28\(98\), 549-581. https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9804EN](https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9804EN)
- Faria, A., & Sauerbronn, F. (2008). [A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. \*Revista de Administração Pública\*, 42\(1\), 7-33. https://doi.org/10.1590/s0034-76122008000100002](https://doi.org/10.1590/s0034-76122008000100002)
- Faure, E.; Herrera, F.; Kaddoura, A.; Arthur, H.; Rahnema, V. & F. Ward(1972). *Learning to be: The world of education today and tomorrow*. London, UK: Unesco.
- Felipe, J. M. (2005). *Embratel, história e cultura: Efeitos da política nacional de telecomunicações no desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo (1980-1989)* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES).
- Fine, B., Lapavistas, C., & Pincus, J. (Eds.). (2003). *Development policy in the twenty-first century: Beyond the post-Washington consensus*. London, UK: Routledge.
- Fiol, C., & Lyles, M. (1985). [Organizational learning. \*Academy of Management Review\*, 10\(4\), 803-813. https://doi.org/10.5465/amr.1985.4279103](https://doi.org/10.5465/amr.1985.4279103)
- Fleming, P., & Spicer, A. (2008). [Beyond power and resistance: New approaches to organizational politics. \*Management Communication Quarterly\*, 21\(3\), 301-309. https://doi.org/10.1177/0893318907309928](https://doi.org/10.1177/0893318907309928)
- Fleming, P. (2019). [Dark academia: Despair in the neoliberal business school. \*Journal of Management Studies\*, 57\(6\), 1305-1311. https://doi.org/10.1111/joms.12521](https://doi.org/10.1111/joms.12521)
- Frank, A. G. (1969). *Latin America and Underdevelopment*. New York, EUA: New York University.
- Frank, T. (2002). *One market under God*. London, UK: Vintage.
- Freeman, R., & Velamuri, S. (2006). A new approach to CSR: Company stakeholder responsibility. In A. Kakabadse, & M. Morsing (Eds.), *Corporate social responsibility: Reconciling aspiration with application* (pp. 9-23). London, UK: Palgrave Macmillan.
- Freire, P. (1970). *Pedagogy of the oppressed*. Harmondsworth, UK: Penguin.
- Gago, V. (2017). *Neoliberalism from below*. Durham, USA: Duke University.
- Gantman, E., Yousfi, H., & Alcadipani, R. (2015). [Challenging Anglo-Saxon dominance in management and organization. \*RAE-Revista de Administração de Empresas\*, 55\(2\), 126-129. https://doi.org/10.1590/s0034-759020150202](https://doi.org/10.1590/s0034-759020150202)

- Gherardi, S. (2000). Practice-based theorizing on learning and knowing in organizations. *Organization*, 7(2), 211-223. <https://doi.org/10.1177/135050840072001>
- Ghoshal, S. (2005). Bad management theories are destroying good management practices. *Academy of Management Learning & Education*, 4(1), 75-91. <https://doi.org/10.1109/emr.2005.26768>
- Gibbert, M., Ruigrok, W., & Wicki, B. (2008). What passes as a rigorous case study?. *Strategic Management Journal*, 29(13), 1465-1474. <https://doi.org/10.4135/9781473915480.n46>
- Giddens, A. (1998). *The Third Way*. Cambridge, USA: Polity.
- Giroux, H. (2010). Higher education after September 11th: The crises of academic freedom and democracy. In S. Best, A. Nocella, & P. McLaren (Eds.), *Academic repression: Reflections from the academic industrial complex* (pp. 93-112). Oakland, USA: AK Press.
- Glassman, M., & Erdem, G. (2014). Participatory action research and its meanings: Vivencia, praxis, conscientization. *Adult Education Quarterly*, 64(3), 206-221. <https://doi.org/10.1177/0741713614523667>
- Global Compact (2007). *The principles for responsible management education*. New York, USA: UN Global Compact.
- Gomes, N. (2017). *O movimento negro educador*. São Paulo, SP: Vozes.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo, SP: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Greenwood, D., Whyte, W., & Harkavy, I. (1993). Participatory action research as a process and as a goal. *Human Relations*, 46(2), 175-192. <https://doi.org/10.1177/001872679304600203>
- Grey, C. (2002). What are business schools for? On silence and voice in management education. *Journal of Management Education*, 26(5), 496-511. <https://doi.org/10.1177/105256202236723>
- Grosfoguel, R. (1996). From cepalismo to neoliberalism: A world-systems approach to conceptual shifts in Latin America. *Review (Fernand Braudel Center)*, 19(2), 131-154. <https://www.jstor.org/stable/40241359>
- Grosfoguel, R. (2005). Hybridity and mestizaje: Sincretism or subversive complicity? Subalternity from the perspective of the coloniality of power. In A. Isfahani-Hammond (Ed.). *The masters and the slaves* (pp. 115-129). New York, USA: Palgrave Macmillan.
- Grosfoguel, R. (2020). Epistemic extractivism. In B. Santos, & M. Meneses (Eds.), *Knowledges born in the struggle: Constructing the epistemologies of the Global South* (pp. 203-218) London, UK: Routledge.
- Gulati, R. (2007). Tent poles, tribalism, and boundary spanning: The rigor-relevance debate in management research. *Academy of Management Journal*, 50(4), 775-782. <https://doi.org/10.5465/amj.2007.26279170>
- Gulrajani, N. (2010). New vistas for development management: Examining radical-reformist possibilities and potential. *Public Administration and Development: The International Journal of Management Research and Practice*, 30(2), 136-148. <https://doi.org/10.1002/pad.569>
- Hall, S. (2011). The neo-liberal revolution. *Cultural Studies*, 25(6), 705-728. <https://doi.org/10.1080/09502386.2011.619886>

- Hallin, D. C. (2008). Neoliberalism, social movements and change in media systems in the late twentieth century. In D. Hesmondhalgh & J. Toynbee (Eds.), *The Media and Social Theory* (pp. 57-72). London, UK: Routledge.
- Harvey, D. (2007a) *A brief history of neoliberalism*. Oxford, UK: Oxford University.
- Harvey, D. (2007b). *Neoliberalism as creative destruction*. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 610(1), 21-44. <https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.2006.00211.x>
- Higgins, N. (2004). *Understanding the Chiapas Rebellion*. Austin, USA: University of Texas.
- Hodgkinson, G., & Starkey, K. (2011). *Not simply returning to the same answer over and over again: Reframing relevance*. *British Journal of Management*, 22(3), 355-369. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8551.2011.00757.x>
- Hooks, B. (1994). *Teaching to transgress*. London, UK: Routledge.
- Hoskisson, R., Eden, L., Lau, C., & Wright, M. (2000). *Strategy in emerging economies*. *Academy of Management Journal*, 43(3), 249-267. <https://doi.org/10.5465/1556394>
- Hughes, C., & Tight, M. (1995). *The myth of the learning society*. *British Journal of Educational Studies*, 43(3), 290-304. <https://doi.org/10.1080/00071005.1995.9974038>
- Huntington, S. P. (1993). *The clash of civilizations*. *Foreign Affairs*, 72(3), 22-49. Recuperado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1993-06-01/clash-civilizations>
- Ibarra-Colado, E. (2006). *Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins*. *Organization*, 13(4), 489-508. <https://doi.org/10.1177/1350508406065851>
- Ibarra-Colado, E. (2011). *Critical approaches to comparative studies in organizations: From current management knowledge to emerging agendas*. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 28(2), 154-159. <https://doi.org/10.1002/cjas.212>
- Jamali, D., & Karam, C. (2018). *Corporate social responsibility in developing countries as an emerging field of study*. *International Journal of Management Reviews*, 20(1), 32-61. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12112>
- Jamali, D., Karam, C., & Blowfield, M. (2015). Introduction: Corporate social responsibility in developing countries: a development-oriented approach. In D. Jamali, C. Karam, & M. Blowfield (Eds.), *Development-oriented corporate social responsibility: Multinational corporations and the global context* (pp.1-12). London, UK: Routledge.
- Jammulamadaka, N., Faria, A., Jack, G., & Ruggunan, S. (2021). *Decolonising management and organisational knowledge (MOK): Praxistical theorising for potential worlds*. *Organization*, 28(5), 717-740. <https://doi.org/10.1177/13505084211020463>
- Jarvis, P. (1983). *Adult and continuing education: Theory and practice*. London, UK: Croom Helm.
- Joseph, P. E. (2013). Introduction: Toward a historiography of the Black Power Movement. In P. Joseph (Ed.), *The Black Power Movement: Rethinking the civil rights-black power era* (pp. 13-38). London, UK: Routledge.
- Kaboolian, L. (1998). *The new public management: Challenging the boundaries of the management vs. administration debate*. *Public Administration Review*, 58(3), 189-193. <https://doi.org/10.2307/976558>

- Kemmis, S. (2006). Participatory action research and the public sphere. *Educational Action Research*, 14(4), 459-476. <https://doi.org/10.1080/09650790600975593>
- Kieser, A., Nicolai, A., & Deisl, A. (2015). The practical relevance of management research: Turning the debate on relevance into a rigorous scientific research program. *Academy of Management Annals*, 9(1), 143-233. <https://doi.org/10.5465/19416520.2015.1011853>
- Khurana, R. (2010). From higher aims to hired hands. In *From Higher Aims to Hired Hands*. Princeton, US: Princeton University Press.
- Knights, D. (2008). Myopic rhetorics reflecting epistemologically and ethically on the demand for relevance in organizational and management research. *Academy of Management Learning and Education*, 7(4), 537-552. <https://doi.org/10.5465/amle.2008.35882194>
- Krasner, S. (1985). *Structural conflict: The third world against global liberalism*. Berkeley, USA: University of California.
- Laïdi, Z. (2011). The BRICS against the West? *Centre d'études et de Recherches Internationales* [Paris, CERI Strategy Paper No. 11].
- Lipton, M. (2017). Are the BRICS reformers, revolutionaries, or counter-revolutionaries? *South African Journal of International Affairs*, 24(1), 41-59. <https://doi.org/10.1080/10220461.2017.1321039>
- Livingston, J. (1972). Myth of the well-educated manager. *Harvard Business Review*, 49(1), 33-49. Recuperado de <https://hbr.org/1971/01/myth-of-the-well-educated-manager>
- Lynch, C. (2015). Teoria pós-colonial e pensamento brasileiro na obra de Guerreiro Ramos: O pensamento sociológico (1953-1955). *Cademo CRH*, 28(73), 27-45. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792015000100003>
- Maldonado-Torres, N. (2020). El Caribe, la colonialidad, y el giro decolonial. *Latin American Research Review*, 55(3), 560-573. <https://doi.org/10.25222/larr.1005>
- Marens, R. (2004). Wobbling on a one-legged stool: The decline of American pluralism and the academic treatment of corporate social responsibility. *Journal of Academic Ethics*, 2(1), 63-87. <https://doi.org/10.1023/b:jaet.0000039008.46810.32>
- Masha, F. L. (1982). Decolonizing information: Toward a new world information and communication order (NWICO). *Political Communication*, 1(4), 337-342. <https://doi.org/10.1080/10584609.1982.9962738>
- Mason, P. (2012). *Why it's kicking off everywhere: The new global revolutions*. London, UK: Verso Books.
- McCann, L., Granter, E., Hyde, P., & Aroles, J. (2020). 'Upon the gears and upon the wheels': Terror convergence and total administration in the neoliberal university. *Management Learning*, 51(4), 431-451. <https://doi.org/10.1177/1350507620924162>
- McCaughy, M., & Ayers, M. (Eds.). (2013). *Cyberactivism: Online activism in theory and practice*. London, UK: Routledge.
- McEwan, C. (2019). *Postcolonialism, decoloniality and development*. London, UK: Routledge.
- McLaren, P. (1997). *Revolutionary multiculturalism: Pedagogies of dissent for the new millennium*. London, UK: Routledge.
- McSherry, J. (2005). *Predatory states: Operation Condor and covert war in Latin America*. New York, USA: Rowman & Littlefield.

- Melamed, J. (2006). The spirit of neoliberalism from racial liberalism to neoliberal multiculturalism. *Social Text*, 24(4), 1-24. <https://10.1215/01642472-2006-009>
- Melamed, J. (2016). Being together subversively, outside in the university of hegemonic affirmation and repressive violence, as things heat up (again). *American Quarterly*, 68(4), 981-991. <https://10.1353/aq.2016.0075>
- Menezes, V. C. D. (2012). *Marketing e responsabilidade social corporativa: Estudo de caso no setor de telecomunicações no Brasil* (Dissertação de Mestrado em Administração, EBAPE-FGV, Rio de Janeiro, RJ).
- Mignolo, W. (2011). *The darker side of western modernity*. Durham, USA: Duke University.
- Mignolo, W., & Walsh, C. (2018). *On decoloniality: Concepts, analytics, praxis*. Durham, USA: Duke University.
- Millar, J., & Price, M. (2018). Imagining management education: A critique of the contribution of the United Nations PRME to critical reflexivity and rethinking management education. *Management Learning*, 49(3), 346-362. <https://doi.org/10.1177/1350507618759828>
- Moura, C. (2019). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Nkomo, S. M. (2015). Challenges for management and business education in a “Developmental” state: The case of South Africa. *Academy of Management Learning & Education*, 14(2), 242-258. <https://doi.org/10.5465/amle.2014.0323>
- Ostry, J., Loungani, P., & Furceri, D. (2016). Neoliberalism: Oversold? Instead of delivering growth, some neoliberal policies have increased inequality, in turn jeopardizing durable expansion. *Finance & Development*, 53(2), 38-41. <https://doi.org/10.5089/9781513549118.022>
- Padovani, C. (2008). New world information and communication order (NWICO). In W. Donsbach (Ed.), *The international encyclopedia of communication* (pp. 3214-3219) Oxford, UK: Blackwell Publishing.
- Patel, K. (2020). Race and a decolonial turn in development studies. *Third World Quarterly*, 41(9), 1463-1475. <https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1784001>
- Patrick, S. (2010). Irresponsible stakeholders? The difficulty of integrating rising powers. *Foreign Affairs*, 89(6), 44-53. Recuperado de <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-africa/2010-11-01/irresponsible-stakeholders>
- Paula, A. P. (2007). Guerreiro Ramos: Resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. *Organizações & Sociedade*, 14(40), 169-188. <https://doi.org/10.1590/s1984-92302007000100010>
- Peters, T. (1987). *Thriving on chaos: Handbook for a managerial revolution*. New York, USA: Harper Row.
- Pieterse, J. P. (2004). Neoliberal empire. *Theory, Culture & Society*, 21(3), 119-140. <https://doi.org/10.1177/0263276404043623>
- Pieterse, J. P. (2012). Twenty-First Century globalization: A new development era. *Forum for Development Studies*, 39(1), 1-19. <https://doi.org/10.1080/08039410.2012.688859>
- Pochmann, M. (2014). *O mito da grande classe média*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Pochmann, M. (2022). *A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial*. São Paulo, SP: Ideias e Letras.

- Porter, D., & Craig, D. (2004). The third way and the third world: Poverty reduction and social inclusion strategies in the rise of 'inclusive' liberalism. *Review of International Political Economy*, 12(2), 226-263. <https://doi.org/10.1080/09692290420001672881>
- Porter, M., & Kramer, M. (2011). Strategy and society: The link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, 84(12), 78-92. Recuperado de <https://hbr.org/2006/12/strategy-and-society-the-link-between-competitive-advantage-and-corporate-social-responsibility>
- Prahalad, C., & Liberthal, K. (1998). The end of corporate imperialism. *Harvard Business Review*, 81(8), 109-117. Recuperado de <https://hbr.org/2003/08/the-end-of-corporate-imperialism>
- Prasad, P. (2021). True colors of global economy: In the shadows of racialized capitalism. *Organization*, 13505084211066803. <https://doi.org/10.1177/13505084211066803>
- Prashad, V. (2012). Dream history of the global South. *Interface: A Journal for and about Social Movements*, 4(1), 43-53. Recuperado de <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2012/05/Interface-4-1-Prashad.pdf>
- Prashad, V. (2013). Neoliberalism with Southern characteristics. *The rise of the BRICS*. Rosa Luxemburg Stiftung, New York Office. Recuperado de [https://www.rosalux.de/fileadmin/rls\\_uploads/pdfs/sonst\\_publicationen/prashad\\_brics.pdf](https://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/sonst_publicationen/prashad_brics.pdf)
- Quijano, A. (2000). Coloniality of power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533-580. <https://doi.org/10.1177/0268580900015002005>
- Ramos, A. G. (1983). *Administração e contexto brasileiro* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Rhodes, C., Wright, C., & Pullen, A. (2018). Changing the world? The politics of activism and impact in the neoliberal university. *Organization*, 25(1), 139-147. <https://doi.org/10.1177/1350508417726546>
- Rist, G. (2014). *The history of development*. London, UK: Zed Books.
- Robinson, C. (2020). *Black Marxism: The making of the Black radical tradition*. Chapel Hill, USA, University of North Carolina.
- Rodney, W. (1972). *How Europe underdeveloped Africa*. London, UK: Bogle-L'Ouverture Publications.
- Rose, N. (2000). Community, citizenship, and the third way. *American Behavioral Scientist*, 43(9), 1395-1411. <https://doi.org/10.1177/00027640021955955>
- Runhaar, H., & Lafferty, H. (2009). Governing corporate social responsibility: An assessment of the contribution of the UN Global Compact to CSR strategies in the telecommunications industry. *Journal of Business Ethics*, 84(4), 479-495. <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9720-5>
- Saad-Filho, A., & Boito, A. (2016). Brazil: The failure of the PT and the rise of the 'New Right'. *Socialist Register*, 52, 213-230. Recuperado de <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/25598>
- Saldaña-Portillo, M. (2003). *The revolutionary imagination in the Americas and the Age of Development*. Durham, USA: Duke University.
- Sandberg, J., & Tsoukas, H. (2011). Grasping the logic of practice: Theorizing through practical rationality. *Academy of Management Review*, 36(2), 338-360. <https://doi.org/10.5465/amr.2011.59330942>

- Sandoval, C. (2000). *Methodology of the oppressed*. Minneapolis, USA: University of Minnesota.
- Santos, B. (2018). *The end of the cognitive empire: The coming of age of epistemologies of the South*. Durham, USA: Duke University.
- Santos, B., & Meneses, M. (2020) (Eds.). *Knowledges Born in the Struggle*. London, UK: Routledge.
- Santos, E., Santos, R., & Braga, V. (2015). Administração do desenvolvimento na perspectiva guerreirista: Conceitos, contribuições e implicações. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(3), 12-28. <https://doi.org/10.1590/1679-395115511>
- Santos, E., Santos, R., & Braga, V. (2018). *Administração do desenvolvimento: História, teorias e perspectivas*. Vitória da Conquista, BA: Appris.
- Schein, E. (1996). Kurt Lewin's change theory in the field and in the classroom: Notes toward a model of managed learning. *Systems Practice*, 9(1), 27-47. <https://doi.org/10.1162/152417399570287>
- Saraiva e Enoque, 2019
- Schiller, D. (2011). Power under pressure: Digital capitalism in crisis. *International Journal of Communication*, 5, 18-29. Recuperado de <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1226>
- Schön, D. (1983). *Reflective practitioner*. New York, USA: Basic Books.
- Senge, P. (1994) *The fifth discipline fieldbook: Strategies and tools for building a learning organization*. New York, USA: Random House.
- Sinclair, J. (1990). Neither West nor Third World: The Mexican television industry within the NWICO debate. *Media, Culture & Society*, 12(3), 343-360. <https://doi.org/10.1177/016344390012003005>
- Sklair, L., & Miller, D. (2010). Capitalist globalization, corporate social responsibility and social policy. *Critical Social Policy*, 30(4), 472-495. <https://doi.org/10.1177/0261018310376804>
- Spivak, G. (2009). *Outside in the teaching machine*. New York, USA: Routledge.
- Spivak, G. (1988). Can the Subaltern Speak?. In L. Grossberg & C. Nelson (Eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (pp. 271-313). Urbana, USA: University of Illinois.
- Statler, M. (2014). Developing wisdom in business school? Critical reflections on pedagogical practice. *Management Learning*, 45(4), 397-417. <https://doi.org/10.1177/1350507614541198>
- Steger, M., & Roy, R. (2010). *Neoliberalism: A very short introduction*. Oxford, UK: Oxford University.
- Stern, R., & Barley, S. (1996). Organizations and social systems: Organization theory's neglected mandate. *Administrative Science Quarterly*, 41(1), 146-162. <https://doi.org/10.2307/2393989>
- Stöhr, W., & Taylor, D. (1981). Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries. In R. Misra & A. Mabogunje (Eds.), *Regional Development Alternatives: International Perspectives* (pp. 9-26). Nagoya, Japan: Maruzen Asia.
- Stovall, D. (2020). On knowing: Willingness, fugitivity and abolition in precarious times. *Journal of Language and Literacy Education*, 16(1), 1-7. <https://doi.org/10.1080/0144039x.2020.1843969>
- Stuenkel, O., & Taylor, M. (Eds.). (2015). *Brazil on the global stage: Power, ideas, and the liberal international order*. London, UK: Springer.
- Susman, O., & Evered, R. (1978). An assessment of the scientific merits of action research. *Administrative Science Quarterly*, 23, 582-603. <https://doi.org/10.2307/2392581>

- Teixeira, J. (2021). *Trabalho doméstico*. São Paulo, SP: Jandaíra.
- Principles for Responsible Management Education (PRME) (2008). A global initiative, a global agenda: *The principles for responsible management education*. New York: United Nations Global Compact Office.
- Thérien, J., & Pouliot, V. (2006). The Global Compact: Shifting the politics of international development. *Global Governance*, 12, 55-75. <https://doi.org/10.1163/19426720-01201006>
- Thussu, D. K. (2015). Digital BRICS: Building a NWICO 2.0? In K. Nordenstreng, & D. K. Thussu (Eds.), *Mapping BRICS media* (pp. 242-263). London, UK: Routledge.
- Trow, M. (1993). Managerialism and the academic profession: The case of England. *Studies of Higher Education and Research*, (4), 2-23. <https://doi.org/10.1057/hep.1994.13>
- Van Elteren, M. (2003). US Cultural Imperialism Today. *SAIS Review (1989-2003)*, 23(2), 169-188. <https://www.jstor.org/stable/26996481>
- Wanderley, S., Alcadipani, R., & Barros, A. (2021). Re-centering the Global South in the making of business school histories: Dependency ambiguity in action. *Academy of Management Learning & Education*, 20(3), 1-18. <https://doi.org/10.5465/amle.2020.0156>
- Wanderley, S., Celano, A., & Oliveira, F. (2018). EBAP e ISEB na busca por uma administração brasileira: Uma imersão nos anos 1950 para iluminar o século XXI. *Cadernos EBAPE.BR*, 16, 64-80. <https://doi.org/10.1590/1679-395161917>
- Wanderley, S., & Faria, A. (2012). The Chandler–Furtado case: A de-colonial re-framing of a North/South (dis) encounter. *Management & Organizational History*, 7(3), 219-236. <https://doi.org/10.1177/1744935912444355>
- Weick, K. (2001). Gapping the relevance bridge: Fashions meet fundamentals in management research. *British Journal of Management*, 12, S71-S75. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.12.s1.9>
- Woodson, C. (1933). *The mis-education of the negro*. San Diego, USA: Book Tree.
- Wynter, S. (1968). We must learn to sit down together and talk about a Little Culture: Reflections on West Indian writing and criticism, part one. *Quarterly of the Institute of Jamaica*, 2(4), 23-32. Recuperado de <https://www.peepaltreepress.com/books/we-must-learn-sit-down-together-and-talk-about-little-culture-decolonising-essays-1967-1984>
- Yousfi, H. (2014). Rethinking hybridity in postcolonial contexts: What changes and what persists? The Tunisian case of Poulina's managers. *Organization Studies*, 35(3), 393-421. <https://doi.org/10.1177/0170840613499751>
- Zon, H. van. (2016). *Globalized finance and varieties of capitalism*. Houndmills, UK: Palgrave Macmillan.

## CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR

Alexandre Faria: Administração do Projeto; Análise Formal; Conceituação; Curadoria de Dados; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição; Investigação; Metodologia; Obtenção de Financiamento; Recursos; Supervisão; Visualização.